



**USAID**  
FROM THE AMERICAN PEOPLE



## **Medidas para Aperfeiçoamento de Capacidades em Monitoria de Segurança Alimentar e de Análises de Vulnerabilidade**

Uma visão e um plano geral de definição de estruturas, procedimentos e recursos que serão necessários a nível central e provincial para implementar e operacionalizar o sistema nacional de aviso prévio e de monitoria e avaliação da segurança alimentar

Janeiro 2008

Líder de Equipa: Maren Egedorf, MFEWS

Tamuka Magadzire, FEWS Net/USGS

Isaac Tarakidzwa, SADC

*Este relatório é financiado pelo Governo dos Estados Unidos da América e apresentado pelos consultores contratados. O seu conteúdo reflecte a opinião dos consultores e não necessariamente a do Governo dos Estados Unidos da América ou da empresa de consultoria contratada.*

## Índice

1 Sumário executivo.....	5
2 Introdução .....	5
3 Objectivo e metodologia da missão.....	6
4 Informação contextual.....	6
4.1 Assistência anterior, actual e prevista ao GSA.....	7
4.1.1 Insuficiências gerais do apoio disponibilizado ao GSA .....	9
5 Características de um sistema de informação de segurança alimentar e informação necessária .....	9
6 Sistemas de informação existentes em matéria de monitoria de segurança alimentar, aviso prévio e avaliação a níveis nacional e provincial.....	16
6.1 Principais áreas identificadas para melhoramento nos sistemas de monitoria existentes.....	20
6.2 Estruturas de coordenação e de análise de segurança alimentar existentes a nível central.....	22
6.3 Estruturas de coordenação e de análise de segurança alimentar existentes a nível provincial.....	22
7 Recomendações de medidas de curto e médio prazo destinadas a revitalizarem as capacidades em matéria de segurança alimentar, aviso prévio e análise de vulnerabilidade .....	23
7.1 Recomendações ao GRA .....	23
7.2 Próximos passos para o reforço do sistema de informação de segurança alimentar (SISA).....	24
7.2.1 Coordenação a nível central no Comitês de Análise de Vulnerabilidade (CAV) .....	26
7.2.2 Recomendações para a coordenação de um sistema de informação de segurança alimentar a nível provincial.....	28
7.2.3 Reforço dos sistemas de informações existentes aos níveis central e sub nacional e desenvolvimento de um estudo sobre formas de sustentação económica .....	29
7.3 Recomendações de curto e médio prazo ao GSA.....	30
7.3.1 Estrutura do GSA .....	30
7.3.2 Funções do GSA .....	31
7.3.3 Sugestões de tarefas iniciais dos departamentos .....	32
7.3.4 Potenciais produtos do GSA.....	34
8 Ligações com recursos e iniciativas regionais e internacionais de segurança alimentar .....	35

## **Lista de Anexos**

Anexo 1 Termos de referência

Anexo 2 Documentação secundária revista

Anexo 3 Lista de pessoas contactadas

Anexo 4 Lista de participantes no seminário realizado

Anexo 5 Agenda e resultados do seminário realizado

Anexo 6 Lista de boletins e de relatórios preparados com o apoio da fase II do projecto CE/FAO

Anexo 7 Lista das actividades de formação e de sessões de trabalho realizadas com o apoio da fase II do projecto CE/FAO

Anexo 8 Roteiro estatístico do GEPE

Anexo 9 Mapas de Infraestruturas

Anexo 10 Estudo de formas de sustentação económica realizado pela CARE

Anexo 11 Perfis Municipais realizados pela CARE

Anexo 12 Calendário sazonal, MFEWS

Anexo 13 Questionário destinado ao primeiro inquérito nutricional nacional, Ministério da Saúde, DNSP (Secção de Nutrição), UNICEF/Governo de Angola, Agosto 2007.

Anexo 14 Informação contextual sobre o programa regional CAV da SADC

Anexo 15 Exemplos de planos anuais de trabalho

Anexo 16 Base de dados PAM/SENAC utilizada na última análise de vulnerabilidade realizada em 2005

Anexo 17 Exemplo de formulário de recolha de informação e de base de dados para a criação de uma base de dados organizacional

Anexo 18 Descrição de funções dos funcionários de uma unidade de segurança alimentar na América Central

Anexos 19 e 20 Ferramentas de inventariação de informação

## Acrónimos

AVM	Análise e Mapeamento de Vulnerabilidade
ANCF	Aliança Nacional Contra a Fome
AV	Análise de Vulnerabilidade
CAV	Comité de Análise de Vulnerabilidade
CE	Comissão Europeia
CFSVA	Análise abrangente de Vulnerabilidade de Segurança Alimentar
DERP	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza
DMC	Droung Monitoring Centre for the Grater Horn of Africa ( <i>no original</i> )
EDA	Estação de Desenvolvimento Agrária
ENDE	Estrategia Nacional de Desenvolvimento Estatístico
EP	Estimativas pluviométricas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAS	Fundo de Apoio Social
FEWS NET	<i>Famine Early Warning Systems Network (no original)</i>
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas
GIEWS	<i>Global Information and Early Warning System (no original)</i>
IDA	Instituto de Desenvolvimento Agrário
INAMET	Instituto Nacional de Meteorologia
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
GPSA	Grupos Provinciais de Segurança Alimentar
GRA	Governo da República de Angola
GSA	Gabinete de Segurança Alimentar
MAT	Ministério dos Assuntos Territoriais
MFEWS	<i>Mesoamerican Food Security Early Warning System (no original)</i>
MINADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MINARS	Ministério de Assistência e Reinserção Social
MdS	Ministério de Saúde
MoU	Memorando de Entendimento
NASA	National Aeronautics and Space Administration ( <i>no original</i> )
NDVI	Normalized Difference Vegetation Index ( <i>no original</i> )
OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários
ONG	Organização não Governamental
PAM	Programa Alimentar Mundial
PESA	Programa Especial de Segurança Alimentar
RRSU	Regional Remote Sensing Unit ( <i>no original</i> )
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SGI	Sistemas Geográficos de Informação
SISA	Sistema de Informação de Segurança Alimentar
TOR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USGS	US Geological Survey ( <i>no original</i> )
UTCAH	Unidade Técnica de Coordenação de Ajuda Humanitária
WMO	Organização Meteorológica Mundial
WRSI	Water Requirements Satisfaction Index ( <i>no original</i> )

## 1 Sumário executivo

O objetivo principal desta missão é de examinar o estado actual das capacidades existentes em Angola para a monitorização de segurança alimentar e alerta previa. Com base nesta revisão, a missão deve fazer recomendações de como esta capacidade deve ser melhorada. Dentre outras constatações, a equipa encontrou uma base sólida em termos de instituições governamentais e actividades de recolha de dados, mas também encontrou uma grande necessidade de trabalhar com esta base para criar um sistema de informação de segurança alimentar consolidado e em funcionamento. Para o reforço do sistema de informação de segurança alimentar de Angola, o Gabinete de Segurança Alimentar (GSA) deverá dispor de um mandato claro no sentido de conceber e implementar o Sistema Nacional de Informação de Segurança Alimentar como um verdadeiro sistema multisectorial e multidisciplinar.

Os instrumentos de apoio ao GSA de curto e médio prazo sugeridos neste processo incluem:

- Melhoria da coordenação através do reforço do comité técnico nacional de coordenação de segurança alimentar (referido em diante como CAV) e a criação de comités provinciais de segurança alimentar.
- Reforço dos sistemas sectoriais de informação (nos Ministérios da Saúde, Agricultura, Planeamento, Reinserção Social, Instituto de Desenvolvimento Agrário, Instituto Meteorológico Nacional, Instituto Nacional de Estatística), aos níveis central e provincial.
- Reforço do GSA, com especial ênfase para os seus recursos humanos.

De referir que Angola possui bons sistemas de informação e que o sistema de informação de segurança alimentar tem acesso a um volume de informação superior ao disponível em muitos países.

## 2 Introdução

Após a independência em 1975, a Guerra civil eclodiu em Angola, e a paz chegou somente em 2002. Ou seja, Angola esteve em guerra durante o período de maior crescimento da globalização e da comunicação via Internet. Estes factos devem ser tidos em consideração quando se trabalha em Angola.

De entre as organizações que trabalharam em Angola durante esses anos, o PAM destaca-se como particularmente relevante para o tema de segurança alimentar. Entre 1994 e 2002, o PAM desenvolveu em Angola uma capacidade interna de Análise de Vulnerabilidade e Mapas (AVM). O PAM realizou anualmente dois inquéritos de âmbito nacional, com recurso a monitores AVM baseados no terreno e a pessoal pertencente a organizações de ajuda internacional. Várias instituições governamentais contribuíram dados usados nas análises. O Governo da República de Angola (GRA) e as Organizações Não Governamentais Internacionais dependeram destes mecanismos para a identificação das comunidades mais vulneráveis e para a avaliação de necessidades (alimentares e outras). Contudo, devido ao facto do financiamento do AVM estar dependente das quantidades de alimentos doadas ao PAM, o advento da paz e a melhoria da situação humanitária conduziu a uma diminuição muito acentuada dos recursos alimentares e financeiros do PAM, a ponto da unidade AVM e respectivas actividades terem sido interrompidas pelo PAM no final de 2004 (termos de referência). Esta Missão foi lançada em resposta a essa situação, no sentido de apoiar o GSA a encontrar novas formas de revitalizar este sistema de informação e de proceder ao seu reforço através da introdução de uma componente de monitoria destinada a um aviso prévio para segurança alimentar. Diversos anexos a este documento fornecem sugestões ao GSA neste processo. Esse material não foi especificamente elaborado para este estudo mas será útil na discussão de prioridades e de acções futuras em Angola.

Na parte inicial deste documento, é apresentada informação contextual sobre o GSA, actividades e apoio concedido para a criação de um sistema de informação de segurança alimentar (SISA) nos últimos 10 anos e sobre os respectivos sucessos e fracassos. Em seguida, são descritas as características gerais de um SISA e é feita uma comparação entre os meios necessários e os disponíveis para o funcionamento do sistema, com ênfase para os sistemas de monitoria. São identificadas as principais fragilidades dos sistemas de monitoria. A última secção apresenta diversas recomendações para as futuras etapas a seguir em Angola, no sentido de implementar e operar

um sistema de monitoria de segurança alimentar, aviso prévio e avaliação – aos níveis central e provincial. Estas recomendações destinam-se ao GRA, GSA do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e ao GSA.

### **3. Objectivo e metodologia da missão**

Objectivo da avaliação:

- a) Avaliar as actuais capacidades de análise e monitoria de segurança alimentar e respectivas necessidades de informação e avaliar até que ponto essas necessidades são satisfeitas;
- b) Analisar o apoio anterior, actual e previsto ao GSA;
- c) Apresentar sugestões sobre elementos prioritários e próximas etapas a empreender pelo GRA no sentido de gradualmente estabelecer e operar um sistema nacional muitisectorial de segurança alimentar, destinado a informar quer o GRA quer o processo de tomada de decisão dos parceiros de ajuda humanitária e a validar os benefícios desse sistema.

Os termos de referência (TdR) explicitam que as sugestões apresentadas devem ser baseadas numa perspectiva de curto e médio prazo com base no que já existe actualmente em Angola e nas oportunidades relativas de implementação de mudanças estruturais no contexto actual, devendo as sugestões apresentadas assumir forma de uma listagem do que pode ser feito para melhorar o sistema, ao invés de um plano operacional destinado a redefinir radicalmente e implementar de raiz um novo sistema (ver Anexo 1, TdR).

A missão teve início a 13 de Agosto e foi composta por três consultores externos. A Equipa de Missão trabalhou em Angola de 20 de Agosto a 8 de Setembro de 2007. O líder da equipa permaneceu em Angola durante essas três semanas, duas em Luanda e uma no Cunene; o perito em vulnerabilidade da SADC e o perito regional da SADC/FEWS NET permaneceram ambos uma semana em Luanda. Participaram igualmente na Missão um funcionário da USAID Angola e dois funcionários do GSA.

A missão analisou documentação secundária relevante disponível (ver lista de documentos no Anexo 2) e realizou entrevistas com um vasto leque de intervenientes, incluindo funcionários do GSA, agências das Nações Unidas, representantes da UE e ONG (ver lista de pessoas contactadas no Anexo 3). A missão realizou ainda um seminário com diversos intervenientes em matéria de segurança alimentar, com o objectivo de discutir pontos fortes e áreas que necessitam ainda de reforço, no quadro dos actuais sistemas principais de monitoria de segurança alimentar (ver Anexo 4 para a lista de participantes e Anexo 5 para a agenda e resultados do seminário). A equipa de avaliação não realizou encontros com todos os intervenientes principais, sobretudo por motivos de limitação de tempo. Em Ondjiva, na Província do Cunene, a ocorrência de uma tolerância de ponto não prevista limitou os encontros e questões de disponibilidade de infraestruturas e de combustível limitaram as visitas ao terreno. Uma outra viagem à Província do Huambo foi cancelada devido a problemas relacionados com o transporte aéreo, não tendo sido identificado outro destino alternativo viável.

### **4 Informação contextual**

O GSA foi criado no início dos anos 90, com o objectivo de monitorar e analisar a situação de segurança alimentar em Angola. Inicialmente estava integrado no Ministério do Comércio mas foi depois transferido para o MINADER, onde tem funcionado desde que se tornou operacional em 1995.

O foco do actual mandato do GSA é de carácter agrícola. O Regulamento Interno do GSA refere indirectamente à segurança alimentar em termos de acesso, embora a maioria das tarefas atribuídas ao GSA concentram-se na monitoria do sector agrícola (disponibilidade)<sup>1</sup>. Mesmo assim, o pessoal e a própria direcção do GSA tem conhecimento do universo de sectores abrangidos pelo termo “segurança alimentar”, incluindo saúde e nutrição (ver secção 5 sobre sistemas de informação de segurança alimentar).

---

<sup>1</sup> Regulamento Interno do Gabinete de Segurança Alimentar, Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Junho de 2004.

O GSA dispõe de 20 funcionários no escritório em Luanda mas não possui departamentos no terreno, dispondo no entanto de um orçamento para custos operacionais<sup>2</sup>, como sejam visitas ao terreno, seminários, consumíveis, etc., mas é obrigado a fazer a solicitação de fundos para tais efeitos.

#### 4.1 Assistência anterior, actual e prevista ao GSA

**Assistência disponibilizada pela FAO.** A FAO presta apoio ao GSA desde o início dos anos 90 e disponibilizou assistência técnica para a definição do respectivo mandato e estrutura organizacional. Desde 1997, uma importante parcela da ajuda tem vindo a ser financiada pela Comissão Europeia (CE). Este apoio tem sido importante para o fortalecimento institucional, embora tenha sido em forma de projetos técnicos implementados pela FAO, e não na forma de financiamento directo ao GSA.

Dois projectos conjuntos FAO/CE concederam apoio ao GSA para a criação de um sistema de informação de segurança alimentar entre 1997 e 2005<sup>3</sup>. Estes projectos tinham como objectivo principal conseguir disponibilizar atempadamente informação aos decisores, a fim de lhes permitir responder a problemas de segurança alimentar. A assistência técnica centrou-se nas áreas da agro-meteorologia, previsão de colheitas; monitoria de segurança alimentar, aviso prévio e identificação de populações em risco alimentar; e promoção efectiva e coordenada de intervenções, políticas e programas. O orçamento total para as duas fases foi de aproximadamente de 3.7 milhões de dólares. A assistência disponibilizada incluiu formação, equipamento de escritório e, na primeira fase do projecto, subsídios financeiros ao pessoal pela realização de trabalhos especificados. No Anexo 6 encontra-se disponível a lista de boletins e de relatórios preparados com o apoio da segunda fase e no Anexo 7 a lista das actividades de formação e de seminários realizados com o apoio do projecto.

Actualmente, a FAO trabalha com o GSA no sentido de formular e implementar um Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O objectivo é o de assegurar intervenções coordenadas em matéria de segurança alimentar ao nível e entre sectores governamentais e não governamentais. Nas províncias do Huambo e do Bié, a FAO trabalha com agentes locais, a fim de melhorar a situação de segurança alimentar de populações vulneráveis.

*Forças e Fraquezas.* De acordo com os funcionários do GSA, o apoio mais importante disponibilizado pela FAO foi durante o primeiro projecto, com o estabelecimento de mecanismos descentralizados de recolha e distribuição de informação em parceria com o IDA, os extensionistas do qual recebiam subsídios para apoiar a sua monitoria do ciclo agrícola, preços e níveis de precipitação para o GSA. Graças a este incentivo adicional, a monitoria de indicadores chave foi assegurada. Estes subsídios não eram, contudo, sustentáveis e os sistemas cessaram a sua função no final do projecto (2001). A segunda fase continuou a capacitação dentro do GSA e do IDA para a realização das estimativas anuais de colheitas e de necessidades alimentares. Esta estimativa anual tornou-se o produto de bandeira do GSA e constitui o documento nacional de referência em matéria de colheitas e de necessidades alimentares. Actualmente, o GSA conduz estes estudos sem o apoio da FAO e do PAM. Outras actividades implementadas na segunda fase do projecto não conseguiram transmitir com tanto sucesso as capacidades adicionais especificadas no documento do projecto.

A FAO criou uma estrutura paralela para implementar o projecto, tendo a capacidade técnica permanecido, em larga medida, com o pessoal contratado para o projecto. De acordo com uma recente avaliação da segunda fase do projecto, as formações ficaram aquém do programado no documento de projecto, tendo-se centrado sobretudo na monitoria agrícola e na agro-meteorologia. Esta fase financiou, no entanto, cursos úteis de língua inglesa para quatro funcionários do GSA. Tais cursos serviram para facilitar a participação expandida do GSA em eventos regionais e internacionais. Estes contactos serão úteis quando se desenvolver o SISA em Angola..

---

<sup>2</sup>A primeira fase foi a GCPS/ANG/024/CE (1997-2001), a segunda GCPS/ANG/027/CE (2002-2005).

Os dois projectos da FAO – em destaque devido à sua dimensão em comparação com outras intervenções – não contemplaram a dimensão multisectorial da segurança alimentar, tendo as suas actividades sido centradas no sector agrícola e nos funcionários do GSA. Uma abordagem mais ampla nos projectos da FAO, envolvendo outras disciplinas e em coordenação com outros parceiros relevantes, em particular o GSA, poderia ter resultado em um impacto mais significativo.

A FAO está presentemente a analisar a possibilidade de conceder apoio ao GSA na elaboração de uma avaliação nacional de segurança alimentar.

**Assistência disponibilizada pelo PAM.** Em 2006, o PAM iniciou a transferência da sua capacidade de AVM para o GSA (metodologia, resultados e bases de dados). Foi contratado um consultor local por um período total de nove meses, que prestou apoio ao GSA na análise de vulnerabilidade em três províncias do país, com recurso a uma metodologia aplicada pelo PAM em estudos anteriores<sup>4</sup>. Este consultor tem conhecimento amplo da área, como antigo técnico do próprio AVM no PAM. Os funcionários do GSA participaram activamente na preparação do trabalho de campo relacionado com o estudo, bem como no próprio trabalho de campo, e aqueles entrevistados por esta consultoria comunicaram satisfação sobre a metodologia utilizada de formação na prática para transferência de habilidades. A maioria dos funcionários do GSA participou no estudo. Contudo, estas pessoas explicaram que foram completamente envolvidas na introdução de dados, análise e elaboração do relatório das análises de vulnerabilidade, o qual foi realizado sobretudo pelo consultor e respectiva equipa. A abordagem utilizada foi a de formação em exercício.

Como parte do documento da análise de vulnerabilidade, o consultor elaborou igualmente linhas de orientação sobre a forma de condução de análises de vulnerabilidade e uma proposta de estrutura e de características institucionais de um futuro GSA (Análise de Vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutrição - Guia de Reflexão, PAM/GSA 2007, Edição P”).

*Forças e fraquezas:* o MINADER procedeu no enquadramento de dois antigos funcionários do PAM/VAM, um indicativo do interesse do Ministério no recrutamento de pessoal capacitado, mas o GSA ainda não adquiriu completamente a capacidade necessária de gestão de dados e análise de vulnerabilidade e de informação e de elaboração do relatório final. As transferências das bases de dados e do sistema de informação AVM não foram finalizadas e os resultados da análise de vulnerabilidade do GSA conduzido com o apoio do PAM deverão ainda ser distribuídos e promovidos.

**Apoio disponibilizado pela Save the Children UK:** A Save the Children UK prestou apoio ao GSA de 2004 a 2006, através de um perito internacional em segurança alimentar e em análises de vulnerabilidade. Este perito trabalhou em colaboração com os funcionários do GSA, através da formação em exercício em diversas áreas: análise de vulnerabilidade, manuais de formação em conceitos básicos de segurança alimentar e de análises de vulnerabilidade, bem como com o departamento de monitoria no estabelecimento e institucionalização de um comité de análise de vulnerabilidade e na formação em análise de mercado e de preços (em conjunto com o PAM, em Dezembro de 2005).

**Apoio prestado pela Famine Early Warning Systems Network – FEWS NET:** o escritório da FEWS NET situa-se no MINADER, no mesmo corredor que o GSA. A FEWS NET, que possui um funcionário técnico, disponibilizou assistência técnica ao GSA de 2004 a 2007, nomeadamente na monitoria e reporte mensal da situação de segurança alimentar no país; disponibilizou ainda formação no uso de sistemas geográficos de informação. Este escritório irá encerrar a 31 de Novembro (*no original*) de 2007.

---

<sup>4</sup> Esta avaliação foi conduzida no Huambo, Zaire e Namíbe. No início de 2005, o PAM conduziu um estudo de vulnerabilidade no Planalto Central, abrangendo a totalidade da província do Huambo, zona norte da Huíla, zona oeste do Bié e pequenas parcelas do leste das províncias de Benguela e do sul da província do Kuanza Sul; e, no final de 2005, nas províncias do Bié, Huíla, Moxico, Namibe, Cunene e zona sul do Kuando Kubango.

A assistência prestada pela SADC: A SADC promoveu diversas formações e seminários junto dos funcionários do GSA e incluiu Angola num programa de 5 anos de reforço da capacidade AVM (2005-2009).

#### **4.1.1 Insuficiências gerais do apoio disponibilizado ao GSA**

O apoio prestado pela cooperação internacional ao GSA constitui uma clara indicação da existência de um interesse em apoiar à criação de um SISA nacional. Contudo, Angola não possui um sistema de monitoria de segurança alimentar operacional, e os projectos implementados não atingiram todos os resultados esperados. Diversos factores contribuíram para os fracos resultados obtidos, de uma forma geral, da assistência concedida ao GSA.

Alguns projectos de reforço do SISA e do GSA eram demasiado ambiciosos, tendo subestimado a importância da garantir por parte do GSA um sentimento de apropriação relativamente aos diferentes projectos. O GSA nem sempre foi incluído no desenvolvimento dos Termos de Referência, planos de trabalho e mesmo, nalguns casos, na fase de execução, tem sido limitada.

Em outras palavras, muitos destes esforços de apoio aparentaram ter sido direccionados para a oferta e não para a procura. Esta opção é muitas vezes necessária no início de um (novo) processo. Contudo, deverão existir mecanismos de controlo para monitorar o desenvolvimento e intervir caso não se verifique a existência de procura/apropriação.

As várias organizações que “prestaram apoio” ao GSA não o fizeram de forma coordenada, facto que reduziu a sua eficiência. Na sua maioria, estas intervenções centraram-se ao nível de projecto/GSA, em detrimento de uma maior aposta no trabalho com instâncias políticas superiores, de forma a garantir o apoio à criação no GRA de uma unidade de segurança alimentar multidisciplinar e multisectorial, bem como uma melhor coordenação através da criação de entidades de coordenação de segurança alimentar, quer ao nível político quer técnico.

Espera-se que a prioridade concedida à segurança alimentar por parte do GRA, demonstrada no DERP e no Programa de Desenvolvimento Rural, possa contribuir para o reforço do Gabinete nos seus esforços de criação de um SISA. Alguns dos doadores contactos expressaram uma posição de expectativa. Estão a par dos recursos disponibilizados ao GSA nos últimos anos e aguardam saber os passos seguintes tomados pelo GSA em termos de coordenação e análise de segurança alimentar, antes de identificar mais apoio financeiro ou técnico. Existe uma opinião generalizada de que consoante o compromisso demonstrado pelo GSA de apoio à segurança alimentar no país e que o GSA assuma um papel mais activo, haverá mais receptividade de parte dos doadores para a identificação de acções futuras de cooperação.

### **5 Características de um sistema de informação de segurança alimentar e informação necessária**

O principal objectivo de um sistema de informação de segurança alimentar (SISA) é o de recolher e analisar a informação necessária à tomada de decisão e disponibilizar, de forma atempada, essa informação num formato utilizável aos intervenientes relevantes. Os decisores que trabalham na redução da pobreza, segurança alimentar e áreas relacionadas colocam as seguintes questões, que deverão ser respondidas pela SISA:

- Quais são as populações desfavorecidas e em risco de insuficiência alimentar?
- Qual o seu número?
- Onde habitam?
- Por que razão são consideradas desfavorecidas e em risco de insuficiência alimentar?
- Poderemos estar perante um cenário de crise alimentar?
- Em caso afirmativo, quando, onde e quem será afectado e porquê?
- Quais as melhores formas de abordar as necessidades de curto prazo?
- Quais as melhores formas de abordar as necessidades de desenvolvimento de longo prazo e de prevenir crises futuras?

Antes de proceder à descrição dos indicadores que irão permitir responder a estas questões, iremos observar a terminologia da segurança alimentar e, em seguida, vários elementos de segurança alimentar e de análise e monitoria de vulnerabilidade.

Existe segurança alimentar quando todas as pessoas possuem, sempre, acesso físico, social e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, que corresponde às necessidades energéticas da sua dieta e às preferências alimentares necessárias a uma vida activa e saudável.

A segurança alimentar do agregado familiar significa que todos os membros desse agregado se encontram seguros do ponto de vista alimentar. A insegurança alimentar existe quando as populações não têm acesso adequado a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, com vista a um crescimento e desenvolvimento normal e a uma vida activa e saudável. A insegurança alimentar do agregado familiar surge quando um ou mais membros desse agregado se encontra em situação de insegurança alimentar (FAO, *Right to Food Core Glossary*)

No âmbito desta definição, os elementos básicos da segurança alimentar são:

- Disponibilidade (qualidade e quantidade da oferta de alimentos, incluindo produção nacional e importações);
- Acesso (através de aquisições, trocas, produção própria);
- Utilização (capacidade do organismo de absorver e utilizar adequadamente os alimentos consumidos)

De acordo com esta definição, a segurança alimentar não é apenas o problema de haver insuficiente alimento mas igualmente devido ao facto das populações a) não terem acesso (físico ou económico) aos alimentos e/ou, b) em virtude da reduzida qualidade dos alimentos ou de higiene na sua preparação/manuseamento, os benefícios do alimento não são bem recebidos pelo corpo (por exemplo, a água utilizada na preparação dos alimentos, quando não tratada, pode causar doenças do foro digestivo e diarreias).

Quadro 1 exemplos de indicadores básicos de análise de segurança alimentar

Disponibilidade de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção agrícola e agro-pecuária nacional</li> <li>• Importações e exportações</li> <li>• Políticas governamentais com impacto nos mercados</li> <li>• Termos de troca</li> </ul>
Acesso aos alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preços (alimentos)</li> <li>• Níveis salariais</li> <li>• Acesso aos alimentos a partir de produção própria, recolha/pesca, ofertas/ajuda alimentar</li> <li>• Infraestrutura (rede rodoviária)</li> <li>• Mercados</li> </ul>
Utilização dos alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrões de consumo</li> <li>• Acesso a água</li> <li>• Epidemiologia</li> <li>• Prevalência de HIV/SIDA</li> <li>• Nutrição</li> </ul>

Fonte: elaboração pela equipa

Para além de disponibilizar informação sobre a actual situação de segurança alimentar, o SISA deve igualmente ser capaz de identificar os motivos da insegurança alimentar e monitorar factores que podem potencialmente afectar a situação de segurança alimentar.

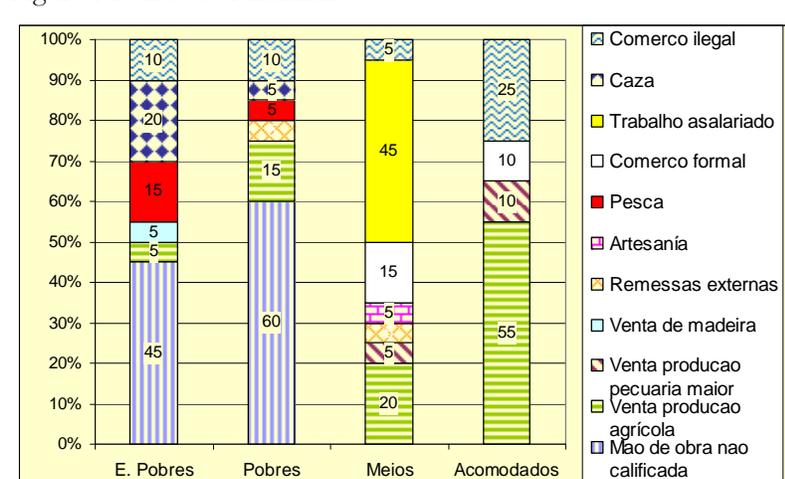
A *vulnerabilidade face à insegurança alimentar* pode ser definida como uma função de todas as condições determinadas por factores ou processos humanos, físicos, sociais, culturais, económicos, ambientais e políticos que aumentam a susceptibilidade dos agregados familiares face ao impacto de ameaças. Por outras palavras, pode ser definida como sendo todos os recursos e maneiras em que o agregado familiar tem disponível para lidar com diferentes factores de risco num determinado contexto político/institucional, sendo o rendimento definido como a soma das formas a que o agregado familiar recorre para o seu sustento próprio.

De acordo com esta definição, a vulnerabilidade pode ser externa ao agregado familiar (riscos e contexto político) e pode ser interna, nomeadamente a sua capacidade para lidar com ameaças. O conceito de vulnerabilidade introduz uma dimensão mais dinâmica à análise das condições que determinam o grau de insegurança alimentar entre as diferentes áreas e populações, em alturas diferentes (uma vez que as ameaças são, com frequência, sazonais) e introduz novos conceitos.

- Ameaças
- Capacidade para lhes fazer face
- Rendimentos
- Contexto político e institucional

O aspecto mais importante de um sistema de aviso prévio de segurança alimentar é compreender as formas de acesso aos alimentos por parte da população (produção própria, aquisição, ajuda alimentar, etc.). Este conhecimento permitirá ao analista de segurança alimentar identificar e monitorar os riscos que podem por em causa este acesso. Para entender o acesso aos alimentos, deve-se proceder simultaneamente à análise dos alimentos e do rendimento. Estes variam de acordo com a área geográfica e com a riqueza. Ao sabermos as causas da sua variação (em termos de fontes e de importância relativa), podemos determinar a forma como diferentes grupos de agregados familiares e de riqueza, numa determinada área, serão afectados por ameaças específicas, bem como se a situação de segurança alimentar será afectada.

Figura 1 Fontes de rendimento



Fonte: MFEWS Guatemala

Tal como se pode observar na Figura 1, o rendimento decorrente da venda de produtos agrícolas é, neste exemplo, mais importante para os grupos mais ricos do que para os mais pobres.

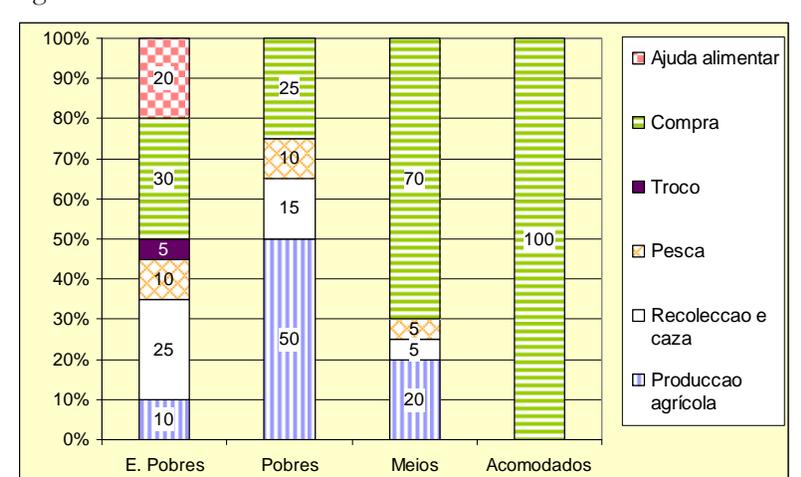
A agricultura é, contudo, uma importante fonte alimentar para os grupos mais desfavorecidos, em especial para o grupo “pobres”, onde a produção agrícola própria representa 50% do total de alimentos consumidos (Figura 2). A informação presente nestes gráficos constitui uma ferramenta que permite ao analista de segurança alimentar determinar que o impacto directo de uma má colheita, nesta área, sobre os extremamente pobres, causada, por exemplo, por uma seca, não será

considerável<sup>5</sup>. A agricultura é responsável por 5% do total dos rendimentos e por 10% dos alimentos consumidos. O impacto será muito mais sério para os pobres, os quais dependem fortemente da produção própria para o consumo (50%, equivalente a seis meses de reservas alimentares por ano).

<sup>5</sup> Na prática, a ameaça é identificada em primeiro lugar (chuva, seca, etc.). Posteriormente, deve-se determinar quais as colheitas que estão a ser afectadas pela ameaça. Trata-se de uma colheita utilizada para efeitos de consumo ou para efeitos comerciais? Se for o último caso, os pobres produzem esta colheita?

Neste exemplo, os extremamente pobres são muito mais vulneráveis a aumentos de preços de produtos básicos, uma vez que 30% da sua alimentação é adquirida. Este exemplo ilustra a razão pela qual devem ser identificadas as fontes de rendimento<sup>6</sup>. Mesmo as populações mas pobres, dependem com frequência de alimentos adquiridos e o SISA deve identificar as fontes de rendimentos que proporcionam os meios para a aquisição de alimentos e ser capaz de as monitorar.

Figura 2 Fontes de alimentos



Fonte: MFEWS Guatemala

Na análise descrita de impacto da seca, somente o rendimento decorrente da venda de produtos agrícolas foi analisado. Contudo, o papel da “mão-de-obra não qualificada”, enquanto principal fonte de rendimento, deverá ser analisado mais aprofundadamente. De que tipologia de trabalho se trata? Situa-se no sector agrícola? Situa-se na área afectada pela ameaça? Em caso afirmativo, os extremamente pobres poderão ser indirectamente afectados. Se não for possível a sua contratação porque a safra que normalmente colhiam se perdeu, poderão perder até 45% do seu rendimento anual e enfrentar dificuldades na aquisição de

alimentos. Dependendo das características dos diferentes grupos de riqueza, poderá ser preparada uma resposta adequada.

Os doadores têm sido frequentemente surpreendidos por crise de segurança alimentar ou de fome porque os sistemas de informação de segurança alimentar têm tido um alcance limitado, devido a uma definição restritiva de segurança alimentar (com ênfase na disponibilidade), incapazes de incluir os problemas subjacentes de pobreza e de má nutrição e de analisar as dinâmicas de interação e de acesso aos alimentos e aos rendimentos nas diversas áreas do país por parte das diferentes formas de rendimento e de grupos de riqueza. Algumas das maiores crises em África tiveram lugar em áreas normalmente consideradas seguras do ponto de vista alimentar. Mas um determinado fenómeno natural ou decisão política (encerramento de fronteiras impedindo o comércio, por exemplo), que impede o normal acesso aos alimentos e ao rendimento – numa área que não está habituada a sofrer “crises” e que pode estar dependente de um tipo de alimento ou de rendimento – pode ter graves consequências em termos de situação de segurança alimentar, quer nesta área quer noutras que dependam das suas actividades económicas. Um exemplo é a crise de segurança alimentar no Níger, em 2005<sup>7</sup>.

Os exemplos anteriormente mencionados demonstram que o SISA deve identificar, analisar e descrever as taxas de pobreza e de subnutrição, fontes de alimentação e de rendimento, bem como a sua importância relativa e permitir, dessa forma, aos utilizadores compreender as dinâmicas existentes entre as diferentes áreas e grupos de riqueza. No Quadro 2 são descritos exemplos de dados necessários para o SISA conjuntamente com as fontes e/ou métodos de recolha.

<sup>6</sup> E os mercados e os preços analisados.

<sup>7</sup> Humanitarian Exchange, Número 33, Março de 2006. Encomendado e publicado pela Humanitarian Practice Network, ODI

Quadro 2 Exemplos de potenciais necessidades de informação para o sistema de informação de segurança alimentar com recurso a uma abordagem baseada no rendimento

Elementos de segurança alimentar	Dados e informações necessárias	Fontes/métodos
Disponibilidade de alimentos	<p>Descrição e caracterização da oferta de alimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição de terras (produtores com/sem terra própria)</li> <li>• Agricultura mecanizada</li> <li>• Agricultura de subsistência</li> <li>• Importação/exportação</li> <li>• Áreas excedentárias e deficitárias nos principais produtos básicos</li> <li>• Produção e rendimentos</li> <li>• Mapa de ocupação da terra</li> </ul> <p>Mecanismos e preços de mercado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura de mercado</li> <li>• Principais fluxos de mercadorias</li> <li>• Preços das principais mercadorias no mercado e no produtor</li> <li>• Termos de troca</li> </ul>	<p>Fontes secundárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• GSA, IDA/EDA, folhas de balanço alimentar (Ministério do Comércio), INE</li> </ul> <p>Fontes primárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudo dos alimentos e das colheitas</li> <li>• Entrevistas com fontes chave de informação</li> <li>• Visitas ao terreno para exame das condições agrícolas</li> <li>• Imagens de satélite</li> </ul>
Acesso aos alimentos	<p>Identificação das diferentes zonas de sustento económico, de acordo com os principais meios de obtenção de rendimento e de alimentos por parte das populações:</p> <p>Fontes de rendimento e sazonalidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalho agrícola</li> <li>• Mão-de-obra não qualificada na agricultura</li> <li>• Mão-de-obra não qualificada noutras áreas</li> <li>• Criação de gado</li> <li>• Pesca</li> <li>• Trabalho assalariado</li> <li>• Remessas de emigrantes</li> </ul> <p>Fontes de alimentos e sazonalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agricultura de subsistência</li> <li>• Distribuição de ajuda de emergência ou assistência social</li> <li>• Aquisições</li> <li>• Criação de gado e derivados</li> <li>• Pesca</li> <li>• Plantação partilhada de colheitas</li> </ul> <p>Para cada zona de sustento económico, proceder à identificação e caracterização dos grupos de riqueza e das suas principais fontes de alimentos e de rendimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Principais características diferenciadoras</li> <li>• Bens de produção</li> <li>• Escolaridade</li> <li>• Dimensão da família</li> </ul>	<p>Fontes secundárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análises de vulnerabilidade do PAM e do GSA</li> <li>• Mapa de zonas de sustento económico do PAM</li> <li>• Estudo da CARE sobre sustento económico</li> <li>• Estudos locais caracterizando as diferentes áreas</li> <li>• Potencial informação pertencente a análises a realizar no âmbito do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza</li> </ul> <p>Fontes primárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Exercício de grupo a nível nacional</li> <li>• Entrevistas a grupos focais</li> <li>• Observação directa</li> <li>• Entrevistas com fontes chave de informação</li> <li>• Visitas aos agregados familiares</li> <li>• Observação livre</li> <li>• Empilhamento proporcional</li> <li>• Exercícios de classificação</li> <li>• Observação de mapas</li> <li>• Tendências históricas</li> </ul>

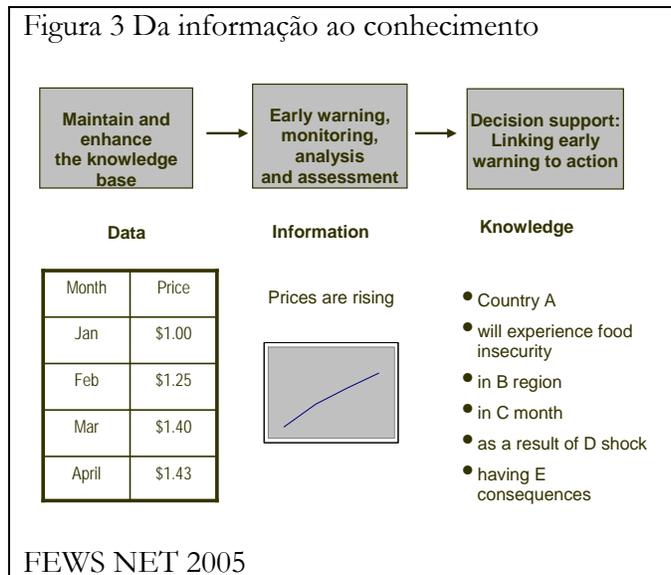
	<p>Preços e tendências dos bens essenciais e do gado (agrícolas e de retalho)</p> <p>Situação das infraestruturas</p> <p>Localização, funcionamento e fornecedores dos mercados</p>	
Utilização de alimentos	<p>Descrição e análise, por zona de sustento económico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Padrões e práticas de consumo de alimentos</li> <li>• Fontes de água</li> <li>• Instalações sanitárias e serviços</li> <li>• Cobertura do serviço público de saúde</li> <li>• Micronutrientes suplementares</li> <li>• Situação nutricional (crónica e aguda)</li> <li>• Epidemiologia</li> <li>• Prevalência de HIV/SIDA</li> </ul>	<p>Fontes secundárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Saúde (vigilância ou inquéritos antropométricos e epidemiológicos, particularmente em postos de vigilância)</li> <li>• Análises de vulnerabilidade do PAM e da GSA</li> <li>• DERP</li> </ul> <p>Fontes primárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com grupos focais</li> <li>• Observação directa</li> </ul>
Ameaças à segurança alimentar e ao rendimento	<p>Identificação de ameaças que podem afectar o sustento económico das populações (acesso aos alimentos via reduções/alterações das fontes de alimentação e de rendimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Frequência</li> <li>• Sazonalidade</li> <li>• Área e grupo de sustento económico mais afectado</li> <li>• Impactos históricos nas formas de sustentação económico e na segurança alimentar</li> </ul> <p>As ameaças podem ser de origem natural ou humana.</p> <p>Diferentes áreas e populações estão sujeitas a diferentes ameaças</p>	<p>Fontes secundárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação histórica sobre acontecimentos climáticos extremos</li> <li>• INAMET</li> <li>• IDA/EDA</li> <li>• Análises de vulnerabilidade do PAM e do GSA</li> <li>• GSA</li> <li>• WRSI, NDVI e EP da SADC e FEWS Net</li> </ul> <p>Fontes primárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrevistas com grupos focais</li> </ul>
<p>Vulnerabilidade face a ameaças</p> <p>De que forma as ameaças exercem impacto sob a situação de segurança alimentar e/ou sob o rendimento</p>	<p>Avaliar a capacidade das populações para lidar com uma determinada ameaça:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fontes de rendimento</li> <li>• Fontes de alimentação</li> <li>• Sazonalidade</li> <li>• Características de grupo de termos de riqueza</li> <li>• Redes/capital social</li> <li>• Pobreza</li> </ul> <p>Identificação de diferentes estratégias tradicionais de defesa perante ameaças por parte dos grupos de riqueza:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégias de defesa perante ameaças não prejudiciais ao sustento económico ou ao bem-estar versus estratégias que o são.</li> </ul> <p>Avaliação das capacidades das populações de se</p>	<p>Fontes secundárias:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Análises de vulnerabilidade do PAM e do GSA</li> </ul>

alimentarem em resultado de uma determinada ameaça e avaliação da viabilidade de fontes alternativas de alimentação.

Fonte: Elaboração própria baseada no Quadro 2 em “Food security assessments in emergencies: a livelihoods approach”, HPN Network paper, Junho de 2001.

Toda a informação deve ser recolhida, sistematizada e analisada sob uma perspectiva temporal, de forma a permitir análises e avaliações sazonais.

Figura 3 Da informação ao conhecimento



A principal tarefa do SISA é a de disponibilizar a informação necessária (o que é requerido e quando) à tomada de decisões e de o fazer de forma simples e num formato utilizável. A figura 3 ilustra as diferentes fases de processamento que a informação atravessa até se tornar útil para os decisores, em ligação com as diferentes actividades a serem realizadas pelo sistema de informação de segurança alimentar. Os produtos informativos são sobretudo utilizados quando o conteúdo é relevante e quando a sua apresentação é clara e de fácil manuseamento.

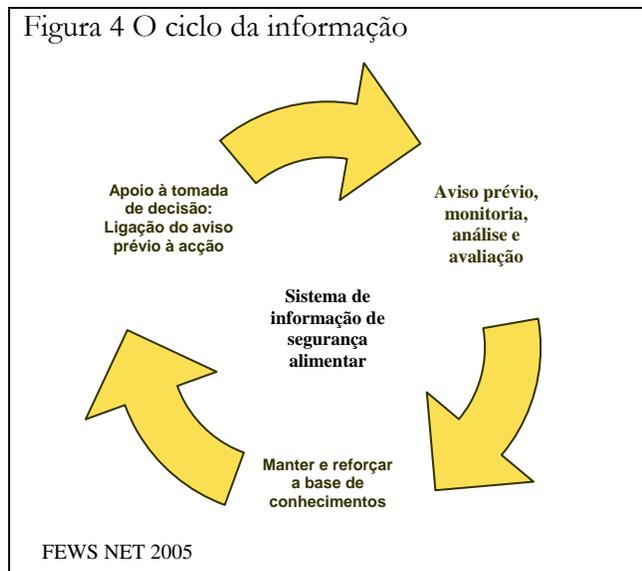
Os produtos que o SISA irá criar deverão ser orientados para a procura e directamente relevantes para a redução da insegurança alimentar crónica e diminuição ou prevenção de futuras crises de segurança alimentar. A informação deverá permitir aos governos e a outras instituições intervir estrategicamente, de forma a alcançar os grupos

inseguros em termos alimentares e mais desfavorecidos, em situações quer de desenvolvimento quer de resposta de emergência.

Os principais ensinamentos apreendidos a nível internacional, a este respeito, incluem:

- A coordenação dos actores técnicos é fundamental para a eficiência do SISA
- Produtos fiáveis e técnicos são importantes para obter e manter a credibilidade
- A comparação da informação proveniente de diferentes zonas ou regiões é necessária para priorizar as intervenções
- Necessidade de simplicidade e de complexidade a diferentes níveis. As necessidades de informação irão variar entre o decisor político de nível superior e o técnico que no terreno terá que implementar a resposta
- Necessidade de provas antes da sua existência. O aviso prévio não é uma ciência, é uma arte!
- Potenciais ramificações políticas da informação publicada. A informação disponibilizada pelo SISA pode ser sensível e a sua publicação pode ter consequências políticas.

Figura 4 O ciclo da informação



As dinâmicas do sistema de informação de segurança alimentar encontram-se resumidas na Figura 4. O SISA está no centro de um ciclo de informação no qual a segurança alimentar e as fontes de sustentação económica estão a ser monitorizadas e analisadas de forma contínua. As conclusões são sistematizadas e registadas e acrescentadas à base de conhecimentos, melhorando as análises futuras, comunicadas aos decisores num formato simplificado e atempadamente, de forma a aumentar a probabilidade de vir a ser utilizada. A razão de ser do SISA é a de que o conhecimento que gera é utilizado. De uma forma geral, todos os sistemas de informação têm que ter informação fiável e atempada. Um exemplo proveniente de Angola está relacionado com a informação apresentada na “monitoria da estação agrícola 2004/05”. Alguns utilizadores comentaram que os dados relativos à produção alimentar pareciam sobrestimados e o relatório

foi publicado demasiado tarde para poder ser útil para efeitos de planeamento (Julho de 2005).

## 6 Sistemas de informação existentes em matéria de monitoria de segurança alimentar, aviso prévio e avaliação a níveis nacional e provincial

This section looks at the current availability of food security relevant data and information in Angola, with an emphasis on monitoring systems and recurrent surveys. The data is presented in Table 3, using the data requirements identified in Table 2.

Esta secção observa os dados e a informação relevante actualmente disponível em matéria de segurança alimentar em Angola, com ênfase em sistemas de monitoria e inquéritos recorrentes. Esta secção mostra também quem é responsável pela recolha de tal informação e onde que se encontram lacunas significantes. A informação é apresentada no Quadro 3, com recurso aos requisitos de informação identificados no Quadro 2.

Quadro 3 Disponibilidade e lacunas de informação para um sistema de informação de segurança alimentar em Angola

Componente de segurança alimentar	Disponibilidade e lacunas de informação
Disponibilidade de alimentos	<p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação de Produção Agrícola e Necessidades Alimentares, GSA com dados recolhidos pelo IDA/EDA – anual – totalidade das 18 províncias, principais colheitas de alimentos e necessidades alimentares em toneladas métricas.</li> <li>• Formulários de Balanço Alimentar, do Ministério do Comércio.</li> <li>• O “roteiro estatístico” do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas (GEPE) do Ministério do Planeamento possui informação sobre gado e agricultura a nível municipal (pelo menos no Cunene, ver Anexo 8 a título de exemplo).</li> </ul>
Presença física de alimentos	<p>Estas fontes podem não fornecer a totalidade dos detalhes relativos à agricultura de subsistência vs mecanizada, padrões de propriedade da terra ou produção provincial mas constitui uma boa base que pode ser reforçada.</p>

	<p>Lacunas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação relativa à estrutura de mercado</li> <li>• Mapa de utilização da terra</li> </ul>
<p>Acesso aos alimentos</p> <p>Acesso económico e físico aos alimentos</p>	<p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A monitorização dos preços é conduzida pelo INE, IDA/EDA e pelo Ministério do Comércio (retalho, produtor, insumo agrícola, custos de transporte).</li> <li>• A realização de um Perfil da Pobreza, planeado pelo Ministério do Planeamento como parte do Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DERP), iniciará a recolha de informação no terreno em Janeiro de 2008, centrando a sua atenção nos rendimentos e despesas do agregado familiar. Este estudo irá incidir alguma luz sobre os constrangimentos e possibilidades em termos de acesso económico em diferentes áreas do país e talvez sobre as fontes de rendimento (o estudo terá informação ao nível municipal).</li> <li>• Foram disponibilizados mapas nacionais de infraestruturas pelo PAM (incluindo estradas principais, secundárias, terciárias e menores, pontes, prédios, barragens, minas, lugares habitados). Ver Anexo 9 para conjunto de mapas (não está incluída metadata em nenhum dos mapas)</li> <li>• Fontes de alimentação e de rendimento: as análises de vulnerabilidade do PAM e do GSA e um estudo de sustentação económica das populações conduzido pela CARE (ver Anexo 10) fornecem elementos para definição de fontes de alimentação e de rendimento. Outra fonte é constituída pelos calendários sazonais provenientes da análise de vulnerabilidade do PAM realizada no final de 2005, que contém informação sobre fontes de alimentação e de rendimento e que pode ser utilizada como uma aproximação inicial (este estudo cobre o Huambo, Zaire e Namíbe)</li> <li>• O PAM deu os primeiros passos no processo de identificação de zonas de sustentação económica, esforço esse ao qual não foi dado seguimento pelo PAM ou pelo Governo<sup>8</sup>. A zona inicial utilizada pelo PAM pode servir de ponto de partida a um aprofundamento da identificação de zonas de sustentação económica do país. SADC e FEWS NET possuem experiência em estudos de sustento económico para aviso prévio em matéria de segurança alimentar na região e a CARE conduziu outros estudos de sustentação económica tradicional no Bié.</li> <li>• Outros documentos caracterizadores dos municípios e das províncias poderão ser utilizados como elementos para caracterizar áreas ou grupos de riqueza (um exemplo é constituído pelos perfis da CARE, ver Anexo 11).</li> </ul> <p>Lacunas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi conduzida uma análise continua e em tempo real das tendências dos preços.</li> <li>• Não foi identificada informação sobre localização dos mercados</li> <li>• Não foi elaborado para Angola um mapa de zonas de sustentação económica</li> <li>• Calendários sazonais (apenas três províncias contam com calendários sazonais, AV do PAM, final de 2005). Ver Anexo 12 para um exemplo de calendário sazonal.</li> <li>• Fontes de alimentos e de rendimento. Apenas 10 províncias estão abrangidas pelos diferentes análises de vulnerabilidade.</li> </ul>
<p>Utilização de alimentos</p> <p>A capacidade do organismo de absorver e utilizar os alimentos</p>	<p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As análises de vulnerabilidade (realizadas pelo PAM e pelo GSA, ver nota de rodapé n.º 4) disponibilizam alguma informação relativa a padrões de consumo, fontes de abastecimento de água, instalações sanitárias, deficiências ao nível de micronutrientes, estado nutricional (de referir que esta Missão não teve acesso a esta primeira análise de vulnerabilidade).</li> </ul>

<p>consumidos – sujeitos à qualidade da água, práticas de higiene e doenças</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O inquérito anual do INE sobre bem-estar disponibiliza alguns indicadores de saúde (ao nível provincial)</li> <li>• O “roteiro estatístico” do GEPE contém informações sobre os números e as características dos serviços e dos profissionais de saúde e sobre as doenças mais comuns.</li> <li>• O Instituto Nacional de Luta contra a SIDA (ILNS) está presentemente a trabalhar na monitoria do HIV/SIDA. Os dados relativos à prevalência do HIV/SIDA deverão ser brevemente disponibilizados pelo INLS / Ministério da Saúde (Mds) <sup>9</sup>. A informação está desagregada ao nível municipal</li> </ul> <p>Lacunas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram identificados sistemas de monitoria de uso dos alimentos (nutrição, epidemiologia, HIV/SIDA). Contudo, o Mds está a trabalhar na preparação do sistema de informação nacional de saúde (SINS), o qual irá reforçar a informação disponível respeitante à saúde e à nutrição.</li> <li>• Está a ser instalado um sistema de monitoria na totalidade das 18 províncias, como parte do programa nacional de nutrição. O programa de nutrição irá realizar o seu primeiro inquérito nutricional de âmbito nacional entre Outubro e Dezembro de 2007, devendo os resultados ser apresentados no decorrer do primeiro trimestre de 2008 (o inquérito está ser realizado com o apoio da UNICEF). Os resultados serão representativos ao nível provincial (ver Anexo 13 para o questionário) <sup>10</sup>. O Mds está disponível para levar a cabo a recolha e análise de informação em cada seis meses, em postos de vigilância pré seleccionados mas será mais realista apontar para uma frequência anual, devido à disponibilidade de fundos. Este facto faz com que a informação recolhida seja pouco útil para efeitos de aviso prévio mas ainda assim será um elemento importante para a análise de impacto de potenciais ameaças.</li> </ul>
<p>Ameaças à segurança alimentar e aos agregados familiares</p> <p>Fenómenos que podem por em risco a segurança alimentar do agregado familiar</p>	<p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ameaças naturais à segurança alimentar: As análises de vulnerabilidade identificam ameaças gerais.</li> <li>• IDA/EDA monitoriza ameaças à agricultura, pastorícia e criação de gado (pelo menos uma municipalidade por província, semanalmente).</li> <li>• <i>Análises Semanais de Ameaças Meteorológicas em África</i> publicada semanalmente pela FEWS NET para a região de África</li> <li>• Preços dos produtos e colheitas básicas (preços dos insumos agrícolas, preços no produtor, preços de retalho, preços internacionais, preços dos combustíveis) estão a ser monitorizados pelo INE, IDA/EDA e Ministério do Comércio.</li> <li>• Pluviosidade: o INAMET deverá conseguir proceder a uma identificação histórica das ameaças relacionadas com a precipitação de chuvas (mapas de anomalias). O nível possível de desagregação não foi estabelecido. O GSA instalou indicadores de precipitação em conjunto com o IDA e deverá conseguir proceder à monitorização da pluviosidade (o nível possível de desagregação não foi estabelecido).</li> <li>• O INAMET possui uma estação meteorológica em cada província e a informação recolhida em cada estação é recolhida e enviada ao INAMET por correio. Actualmente, está a preparar um projecto que permitirá o envio por transferência electrónica. Foram adquiridos computadores para cada uma das estações provinciais e o INAMET está presentemente a aguardar a aquisição de um servidor que permitirá às estações mais remotas a comunicação com a central em Luanda. Está igualmente em curso o planeamento da instalação a curto prazo de um departamento agro-meteorológico no quadro do seu departamento de aplicações meteorológicas, embora não tenha sido indicada uma data/mês exacta. O GSA possui igualmente um agro-meteorologista no seu quadro de pessoal.</li> <li>• Diversos produtos de vigilância por satélite e de controlo remoto estão disponíveis</li> </ul>

	<p>para a monitoria da segurança alimentar. Estes incluem o índice normalizado de diferença de vegetação<sup>11</sup> (NDVI), um modelo de índice de satisfação de necessidade de água para colheitas básicas (WRSI) e um modelo de previsão de pluviosidade (EP). Estes produtos estão disponíveis a partir da <i>U.S. Geological Survey/Famine Early Warning Systems Network (rede USGS/FEWS) e SADC</i>. A contraparte actual para estes produtos em Angola é o INAMET e, em determinada medida, o GSA</p>
	<p>Lacunas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foram identificadas fontes em matéria de sazonalidade; frequência e impactos históricos de ameaças (área geográfica, formas de sustentação económica e grupos de riqueza mais afectados).</li> <li>• A monitoria de salários não foi identificada.</li> <li>• O pessoal do GSA indica que o gabinete precisa de enquadrar mais agrometeorologistas.</li> </ul>
<p>Vulnerabilidade face a ameaças</p> <p>Capacidade e estratégias de recurso</p>	<p>Disponível</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A informação relativa a estratégias de recurso está incluída nas três análises de vulnerabilidade realizadas no país (duas pelo PAM e uma pelo GSA com o apoio do PAM)</li> <li>• O “roteiro estatístico” do GEPE contém informação relativa à presença de ONG e de outras formas de cooperação a nível municipal.</li> <li>• O Perfil da Pobreza, que será conduzido pelo Ministério do Planeamento, terá informação sobre o rendimento e talvez sobre as características dos diferentes grupos de pobreza. Embora não seja elaborado com ênfase nas formas de sustentação económica, deverá ser ilustrativo.</li> </ul> <p>Lacunas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação relativa a estratégias de recurso nas 8 províncias não abrangidas por uma AV.</li> <li>• A capacidade de enfrentar ameaças (incluindo fontes de rendimento alimentar e capital social) é limitada, embora alguma informação esteja incluída nas análises de vulnerabilidade.</li> </ul>
<p>Informação geral</p>	<p>Foram identificadas as seguintes lacunas na informação geral de base disponível:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Censos populacionais</li> <li>• Censo/inquérito agrícola e de criação de gado</li> <li>• Censo/inquérito sobre subnutrição</li> <li>• Mapas básicos digitalizados (actualizados)</li> <li>• Mapa de riscos</li> <li>• Mapa de ocupação de terras</li> <li>• Centros populacionais geo-referenciados</li> </ul> <p>A União Europeia está presentemente a apoiar o Governo no desenvolvimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento estatístico (ENDE). O INE é o principal beneficiário deste programa. É importante que se discutam as questões agrícolas, de nutrição e de censos das populações, se é que estas questões não estão já na agenda.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base no Quadro 2 em “Food security assessments in emergencies: a livelihoods approach”, um documento da HPN Network, Junho de 2001. As AV foram realizadas em 10 das 18 províncias. Ver nota de rodapé n.º 4

A maioria dos indicadores acima mencionados no Quadro 3 é monitorizada abaixo do nível nacional e é consolidada antes de ser enviada superiormente, para os respectivos ministérios e institutos e para o GSA no caso de se tratar de informação EDA/IDA (a informação EDA/IDA é a única que o GSA recebe sistematicamente. Para além desta informação há todo um conjunto de intervenções não governamentais (ONG, projectos das NU, projectos bilaterais, projectos da UE, igrejas, etc.) que operam nas províncias e que levam igualmente a cabo análises e monitoria de segurança alimentar. Antes de entrar em mais detalhes relativos a um futuro SISA, serão apresentadas algumas das insuficiências dos sistemas existentes.

## **6.1 Principais áreas identificadas para melhoramento nos sistemas de monitoria existentes**

As fraquezas identificadas nesta secção dizem respeito a insuficiências individuais e gerais dos diferentes sistemas de monitoria existentes para efeitos de monitoria de segurança alimentar e de aviso prévio. O objectivo é o de fornecer ao GSA elementos que permitam formular uma estratégia de reforço dos sistemas de informação sectorial, fundamentais para o sistema informação de segurança alimentar.

**Coordenação.** Há uma grande necessidade de coordenação ao nível central ou provincial dos sistemas de informação relativos a intervenções de segurança alimentar em funcionamento no terreno ou em fase de criação. Esta situação deverá melhorar a curto prazo, à medida que os grupos provinciais de segurança alimentar vão sendo re-estabelecidos e o Comité de Análise de Vulnerabilidade reforçado.

**Fluxo de informação.** Relacionado à coordenação, há uma insuficiência nos actuais sistemas de monitoria no que diz respeito ao fluxo e partilha de informação. Por exemplo, o IDA tem um sistema nacional em que dados de preços, pluviosidade e colheitas agrícolas são monitorizados numa base semanal (em áreas perto das capitais de província). Contudo, a informação é partilhada com o GSA numa base trimestral. Diversos factores estão na base dessa situação:

- Nem todos os funcionários provinciais do IDA e da EDA dispõem de Internet. Na maioria dos casos, a informação é transmitida em papel pelo extensionista da EDA ao responsável provincial da IDA, seguindo posteriormente por correio normal para Luanda. Este sistema obriga a que todos os dados e informação recebida pelo GSA tenham que ser digitalizados, atrasando ainda mais o processo
- Existe pouco “feedback” da parte do GSA para as províncias, assim dando pouco incentivo para o aumento na sua frequência.

Outro exemplo diz respeito ao INAMET, o qual possui estações meteorológicas em cada província. Os dados relativos à pluviosidade não são transmitidos ao Departamento de Aplicações Meteorológicas dentro do período de tempo suficiente para permitir a produção de um boletim periódico. Presentemente, o INAMET está a preparar um projecto que lhe permita transmitir a informação por via electrónica. Quando for possível, seria recomendável o GSA estabelecer acordos formais com as instituições fora do MINADER, para formalizar a partilha de informação.

Esta situação faz com que mesmo quando a monitoria é realizada atempadamente e com frequência, a informação não é utilizada para efeitos de aviso prévio. Nem aos níveis central nem provincial.

**A normalização e sistematização da informação** é, de uma forma geral, deficiente. A informação não é sistematizada e introduzida nas bases de dados. Este facto faz com que a análise de tendências e de anomalias seja complicada e pode constituir um dos factores que influenciam o uso limitado de informação no processo de tomada de decisão<sup>12</sup>. De acordo com o INE, os códigos padrão atribuídos às províncias/municípios/comunidades não são respeitados.

A **cobertura geográfica** dos sistemas existentes não é adequada. A maioria dos sistemas recolhe informação nas capitais de província e alguns incluem municípios situadas perto das capitais de província. As municípios monitorizadas não são, contudo, necessariamente representativas de uma determinada área ou região, facto que limita a generalização e a extrapolação das conclusões. Um problema generalizado é que muitos

departamentos governamentais provinciais e sub-provinciais estão desprovidos de meios de transporte e as áreas mais remotas não são visitadas com frequência.

Em termos de informação de base – basicamente as três análises de vulnerabilidade – somente 10 das 18 províncias do país se encontram cobertas<sup>13</sup>.

**A sobreposição de sistemas de informação** limita o uso eficiente dos escassos recursos e abre espaço para a duplicação de esforços e para a contradição entre fontes.

A monitoria dos *preços dos alimentos ao consumidor* é realizada, a nível descentralizado, pelo Ministério do Comércio, INE e GSA (os funcionários do GSA que trabalharam com esta equipa não tinham conhecimento desta sobreposição).

A *pluviosidade* é monitorizada pelo INAMET e pelo GSA<sup>14</sup> (através da EDA/IDA), estando ambas a preparar o reforço das suas secções de agro-meteorologia. Apesar de algum esforço de coordenação efectuado não foi alcançado nenhum acordo.

*Vulnerabilidade:* A identificação e caracterização de grupos vulneráveis e de análises são objecto de estudo em diversas instituições, com recursos a diversas abordagens. O departamento de assistência e reinserção social do MINARS identifica grupos vulneráveis e problemas comunitários e estabelece as respostas necessárias em conjunto com os ministérios competentes. Simultaneamente, o FAS desenvolveu materiais de aprendizagem e métodos de inquérito para a realização de análises de vulnerabilidade (as quais não começaram ainda a ser realizados)<sup>15</sup>. E, finalmente, o PAM e o GSA desenvolveram uma metodologia de análise de vulnerabilidade e realizaram três análises de vulnerabilidade com o propósito de identificar populações em risco de insegurança alimentar, ameaças à segurança alimentar e capacidade e mecanismos de fazer face a essas ameaças. Estas análises não foram coordenadas com o MINARS ou com o FAS.

Um exemplo recente de como os esforços de duplicação levaram à ocorrência de contradições são as estatísticas divergentes sobre o sector agrícola e as estimativas populacionais GSA/MINADER e INE/Ministério do Planeamento<sup>16</sup>. Este conflito resultou na criação de um grupo de trabalho para discutir os dados recolhidos.

**Tecnologia e capacidades de informação e comunicação.** O acesso limitado a tecnologias de informação como a Internet, telefone e fax limita o funcionamento e a comunicação – aos níveis central e local – das estruturas governamentais. Esta comunicação é particularmente importante para o sistema de aviso prévio. A utilização de computadores e de *softwares* especializados é ainda limitado, dificultando igualmente a partilha e o fluxo de informação.

A **precisão** limita o uso dos diferentes produtos de controlo remoto e por satélite. Contudo, a precisão dos modelos WRSI e EP pode ser consideravelmente melhorada se for alimentada com informação proveniente das estações de medição de pluviosidade – mesmo apenas a informação proveniente de algumas estações pode permitir melhorias consideráveis na aplicação desses modelos. A combinação de modelos melhorados EP e WRSI com uma eficiente monitoria de colheitas proporcionará um importante instrumento de monitoria agrícola e de aviso prévio de segurança alimentar, dada a importância da agricultura como fonte de alimentos e de rendimento para muitos agregados familiares em Angola. A Unidade Regional de Controlo Remoto da SADC (RRSU), em colaboração com a FEWS NET, USGS e a Universidade da Califórnia Santa Bárbara, desenvolve um projecto destinado a melhorar as estimativas de pluviosidade (através da combinação de indicadores de chuva com informação de satélite) para a região SADC.

A NASA está a trabalhar no sentido de aperfeiçoar os diferentes produtos NDVI e prevê apresentar indexes melhorados até meados ou final de 2008, facto que irá permitir aperfeiçoar as comparações históricas de curto prazo (situação actual em termos de densidade de vegetação vs situação a cinco anos), permitindo melhorar a monitoria da seca para efeitos de aviso prévio.

**A nível provincial**, alguns obstáculos adicionais foram encontrados. Estruturas verticais, com reflexos numa limitada autonomia administrativa e financeira a nível provincial, impedem as estruturas provinciais de agirem/reagirem a situações e a pedidos urgentes e reduzem o incentivo para a efectivação de uma coordenação inter-institucional, que poderia contribuir para a coordenação da identificação, análise e resposta de problemas.

A disponibilidade de recursos a nível provincial (humanos, financeiros e técnicos) é, de acordo com as informações obtidas, fraca e limitativa do alcance dos resultados obtidos.

## **6.2 Estruturas de coordenação e de análise de segurança alimentar existentes a nível central**

Até há bem pouco tempo, o PAM era a agência líder operacional no sector da segurança alimentar. Com a descontinuação do CAV (no final de 2005), o papel do PAM tornou-se mais limitado e não foi assumida uma liderança activa por qualquer outra instituição/comité. Actualmente, não existe uma estrutura de coordenação de segurança alimentar em funcionamento. O GSA tomou a iniciativa de instalar um comité técnico de coordenação de segurança alimentar (adiante referido como CAV), mas falta ainda proceder à elaboração dos seus TdR e operacionalizar o comité. Existem, contudo, outros comités que poderiam, potencialmente, ter um papel a desempenhar:

- Os comités relacionados com o DERP (foram criados dois comités técnicos relacionados com estratégia de redução da pobreza)
- O comité respeitante ao Programa de Desenvolvimento Rural, no MINADER

Estas iniciativas são recentes e não tinham ainda sido inteiramente postas em prática aquando da realização desta Missão. Todos os três comités possuem uma componente de segurança alimentar.

## **6.3 Estruturas de coordenação e de análise de segurança alimentar existentes a nível provincial**

Actualmente, não existem estruturas de coordenação e de análise de segurança alimentar a nível provincial. Existem, contudo, diversas iniciativas, passadas e presentes – e ensinamentos a ter em consideração. Durante a guerra e o período de pós conflito (até final de 2004), a OCHA (Gabinete de Coordenação da Ajuda Humanitária) e a UTCAH (Unidade Técnica de Coordenação de Ajuda Humanitária, presidida pelo MINARS) eram responsáveis pela coordenação das actividades de ajuda humanitária e de segurança alimentar. Foram realizadas reuniões periódicas com os parceiros (ministérios governamentais, agências das Nações Unidas, doadores e ONG), com o propósito de recolher e partilhar informação, estabelecer prioridades comuns, coordenar actividades e mobilizar recursos. O GSA trabalhou com estes grupos no sentido de estabelecer grupos provinciais de segurança alimentar, responsáveis pela coordenação das questões de segurança alimentar. Com a saída do OCHA, a UTCAH assumiu o papel de coordenador. Contudo, devido à sua limitada capacidade e recursos, a função de coordenação enfraqueceu e a maioria dos grupos provinciais de segurança alimentar cessou as suas operações. Existem, no entanto, algumas províncias onde a unidade ainda funciona, embora com limitações, nomeadamente no Cunene<sup>17</sup>.

O Fundo de Acção Social de Angola é uma agência governamental autónoma, financiada pelo Banco Mundial, com escritórios provinciais (embora sem monitores). O seu mandato é o de contribuir para o programa de redução da pobreza do GRÁ, através da construção/reabilitação de infraestruturas sociais em comunidades rurais e peri-urbanas. O FAS III (2003-07) cobre a totalidade das 18 províncias do país (o FAS II cobria 9) e tomou recentemente a iniciativa de trabalhar na área das análises de vulnerabilidade. Desenvolveram material de formação e presentemente estão a treinar o respectivo quadro de pessoal. O FAS Cunene expressou o seu interesse em trabalhar com o GSA na área da análise de vulnerabilidade (AV) de forma a aprender a partir da sua experiência.

Diversas instituições que operam nas províncias (governamentais e não governamentais) estão a planear a instalação de unidades multissetoriais de coordenação. A coordenação poderá não estar limitada à segurança alimentar mas estará em todos os casos relacionada com o desenvolvimento. Esta Missão encontrou as seguintes:

- O Ministério do Planeamento pretende instalar comités provinciais do GEPE, a fim de coordenar as estatísticas a nível sub nacional
- O GSA pretende instalar comités provinciais de segurança alimentar
- A UTCAH do MINARS ainda funciona em algumas províncias
- A FAO pretende instalar comités provinciais de segurança alimentar no Bié e no Huambo, a fim de coordenar intervenções na área da segurança alimentar

Reuniões mantidas com o IDA e com o Vice-Ministro para o Desenvolvimento Rural indicam a intenção de reforço do IDA/EDA nas províncias, em termos de formação, estruturas de transporte e Internet. Esta situação deverá permitir o aumento da frequência de reporte e de partilha de informação, o qual será utilizado para obter melhores sistemas de monitoria de segurança alimentar e de aviso prévio nas áreas de disponibilidade e acesso (se a monitoria de preços permanecer com o IDA), sobretudo em agregado familiares onde a produção agrícola é importante, quer como fonte de alimentação quer de rendimento.

## **7 Recomendações de medidas de curto e médio prazo destinadas a revitalizarem as capacidades em matéria de segurança alimentar, aviso prévio e análise de vulnerabilidade**

As recomendações indicadas nesta secção estão focalizadas no curto e no médio prazo (2007 a 2009) e destacam os passos seguintes a adoptar pelo GSA no MINADER e outras instituições relevantes no Governo, no sentido de revitalizar a capacidade nacional em matéria de segurança alimentar, aviso prévio e análise de vulnerabilidade.

### **7.1 Recomendações ao GRA**

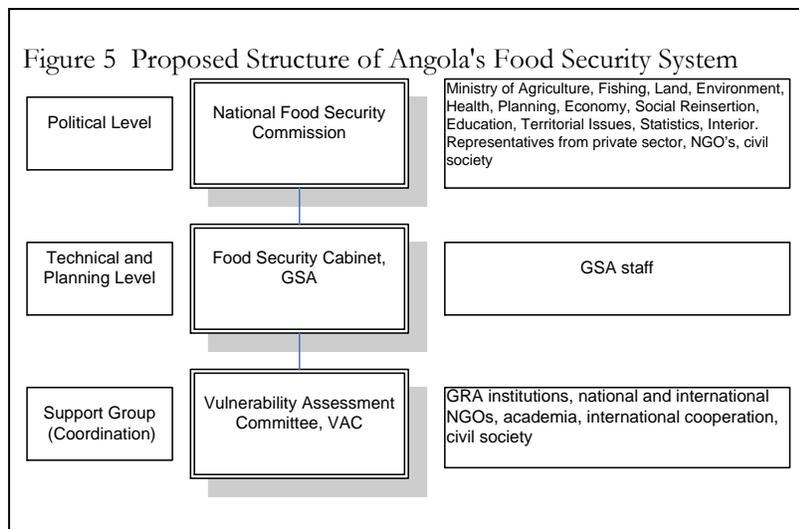
O factor mais importante para a criação de um sistema nacional de segurança alimentar efectivo e sustentável é provavelmente a vontade política. Será necessário um compromisso político a alto nível, de forma a “construir e operar um sistema nacional, multisectorial, de segurança alimentar”. Vale a pena mencionar duas recentes iniciativas por parte do GRA a este respeito. Uma delas é o DERP (Ministério do Planeamento), no qual a segurança alimentar e o desenvolvimento rural constituem áreas prioritárias e a outra é o Programa Nacional de Desenvolvimento Rural (MINADER), o qual tem por objectivo melhorar o rendimento e as condições de vida das populações rurais. Trata-se de um programa de cinco anos com um orçamento de 154.4 milhões de dólares (2005-2010).

Apesar destes compromissos, os quadros legais e institucionais da segurança alimentar estão incompletos. Para realmente avançar na área de segurança alimentar, o Governo precisará de desenvolver uma política e estratégia. Tal enquadramento deve definir claramente os mandatos em termos de segurança alimentar,, pobreza, e monitoria e análise de vulnerabilidade. Actualmente, vários ministérios e outras instituições governamentais têm responsabilidades e actividades intercaladas. Mandatos mais claros serviriam para clarificar as responsabilidades institucionais no SISA e identificar como estas instituições poderiam coordenar os seus esforços no sistema global de monitoria para informar a concretização de políticas e decisões. Não foi aprovada qualquer lei de segurança alimentar e não foi formulada nenhuma política ou estratégia. Os anteriormente referidos programas DERP e de Desenvolvimento Rural foram desenvolvidos sem a contribuição do GSA. Nestes programas, a segurança alimentar tende a ser definida mais como uma questão agrícola, com poucas referências aos outros sectores envolvidos.

Actualmente, não existe um mandato ou uma política definida, de âmbito nacional, sobre segurança alimentar, desempenhando os ministérios e outras instituições governamentais papeis e actividades sobrepostas. A definição de mandatos claros em termos de análise e monitoria de segurança alimentar, pobreza e vulnerabilidade permitiria identificar responsabilidades institucionais no SISA e explicitar a forma como os esforços internacionais devem ser coordenados no sentido do estabelecimento um sistema geral de monitoria, capaz de contribuir para a definição de políticas e para a tomada de decisões. Sistemas de informação fortes e bem coordenados serão igualmente úteis para efeitos de monitoria do DERP e do Programa de Desenvolvimento Rural. Para uma análise de segurança alimentar e um aviso prévio efectivos, os sistemas de informação das instituições competentes do GRA devem ser reforçados, tanto ao nível central como sub-nacional, com recursos humanos e financeiros, de forma a garantir informação desagregada, credível, representativa e atempada. As principais lacunas e

insuficiências em termos de informação identificadas neste relatório podem ser utilizadas para dar início a uma reflexão de como reforçar e coordenar os vários sistemas sectoriais de informação, de forma a evitar a duplicação de esforços.

Esta Missão recomenda que seja concedido ao GSA um mandato de âmbito nacional, no sentido de coordenar os sectores governamentais e não governamentais de segurança alimentar, elaborar a estratégia nacional de segurança alimentar e formular e implementar o sistema de informação nacional de segurança alimentar. Idealmente, o GSA e o CAV funcionariam no quadro de um sistema institucional mais vasto, que compreende igualmente uma comissão de segurança alimentar de carácter político. A estrutura do Sistema Nacional de Segurança Alimentar é proposta na Figura 5.



O mandato da Comissão Nacional de Segurança Alimentar deve ser coordenado com os comités de pobreza, estabelecidos a partir do DERP e com a Aliança Nacional Contra a Fome (ANCF) promovida pela FAO (uma aliança de nível político com a participação do Governo, ONG e sector privado, destinada a combater a fome no país). O Presidente desta Comissão deverá ser uma figura política de topo e o Secretário deverá ser o Director do GSA.

O GRA e o GSA deverão adoptar um posicionamento estratégico e realista nos seus esforços de coordenação. Nem todas as entidades envolvidas entenderão o

sistema de informação de segurança alimentar como uma prioridade e a maioria dos ministérios e institutos não estão habituados dar ênfase a esforços de coordenação e a partilha de informação para fins específicos.

## 7.2 Próximos passos para o reforço do sistema de informação de segurança alimentar (SISA)

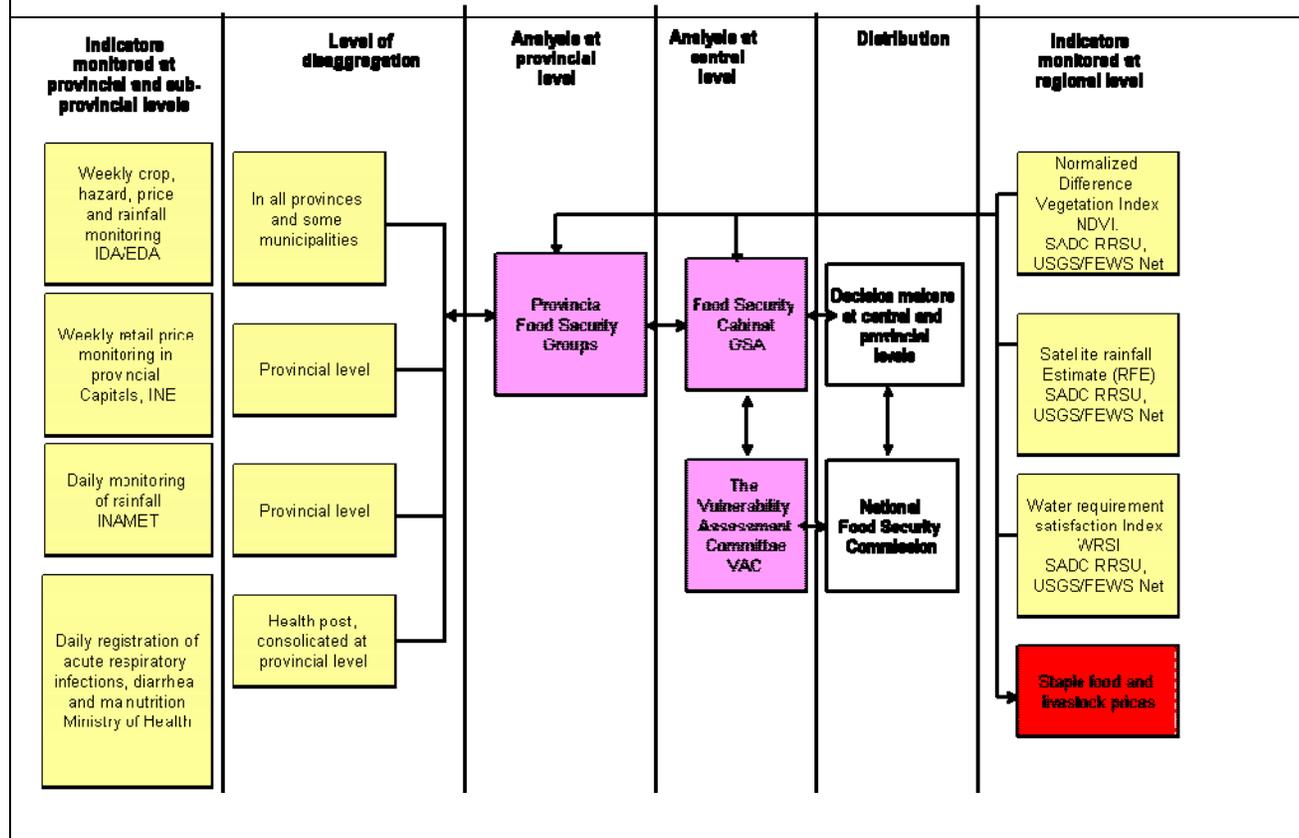
Tal como foi referido na secção 5, o SISA aborda quer a corrente situação de segurança alimentar (quais as populações inseguras do ponto de vista alimentar, qual a razão dessa insegurança e qual o seu número, quer a futura situação de segurança alimentar – (poderão verificar-se crises num futuro próximo, onde e porquê). Os instrumentos que permitem ao SISA responder a essas questões são diferentes (sistemas de AV e de aviso prévio, respectivamente) e o GRA e o GSA darão prioridade a um ou a outro consoante as suas (não satisfeitas) necessidades de informação, num determinado momento.

Tal como mencionado anteriormente, esta missão recomenda que o GSA seja a entidade mandatada para exercer a coordenação do SISA, condução e padronização da análise da situação de segurança alimentar, monitoria e aviso prévio no país, com o apoio explícito e respectiva disponibilização de informação por parte dos ministérios e de instituições identificadas. É sugerido que o GSA proceda à monitorização da segurança alimentar através dos dados e informação disponibilizada pelos vários sistemas sectoriais de informação e que não proceda à monitoria directa no terreno. O GSA não possui actualmente escritórios e funcionários no terreno e, dado o volume de informação proveniente de outras fontes, é recomendado que concentre a sua atenção na coordenação do sector, procedendo à análise e promoção do reforço dos actuais sistemas de monitoria, de forma a ultrapassar os obstáculos que irá encontrar.

A Figura 6 constitui uma proposta de sistema nacional de informação de segurança alimentar. Centra-se nos sistemas de monitoria e nas fontes de informação. As tarefas de monitoria são designadas às instituições que actualmente conduzem acções relevantes de monitoria. Deve-se ter em consideração que o MdS está presentemente a dar início a uma monitoria nutricional (a frequência máxima de reporte será semestral) e que o INAMET está ainda em processo de assegurar a regular transmissão de informação das estações provinciais para

o nível central. Esta proposta sugere que a informação seja recolhida aos níveis regional, provincial e sub-provincial e que os níveis provincial e central procedam ambos à análise da informação.

Figura 6 Proposta de estrutura do sistema nacional de informação de segurança alimentar



Existirão outras fontes de informação em diferentes províncias e municipalidades, sobretudo ONGs. A natureza temporal de tais operações e a mudança frequente de pessoal nas instituições governamentais pode ser um obstáculo ao funcionamento regular do sistema. Diversas entidades possuem a capacidade de conduzir e/ou participar em exercícios de análise e de monitoria. A maioria dos Ministérios e de outras instituições públicas de nível central possuem escritórios nas províncias e para além do IDA/EDA, o MINARS possui igualmente 3 a 4 activistas sociais por municipalidade, os quais visitam as comunidades mensalmente.

Para o reforço do SISA nacional, é sugerida uma abordagem em três etapas:

- Coordenação da segurança alimentar a nível central no CAV nacional
- Coordenação da segurança alimentar a nível provincial nos grupos provinciais de segurança alimentar.
- Reforço dos actuais sistemas de informação (quer ao nível central quer sub-nacional) e desenvolvimento de um estudo sobre formas de sustentação económica. Cada uma destas etapas é discutida em seguida.

### 7.2.1 Coordenação a Nível Central no CAV

Os Comités de Análise de Vulnerabilidade existem em diversos países do mundo, com nomes diferentes. O objectivo geral é o de coordenar e juntar esforços no combate à pobreza e à insegurança alimentar. Para este fim, os CAVs precisam de uma estratégia comum para operacionalizar cada CAV como um fórum técnico, apolítico e multisectorial, que procurará promover a coordenação, reforço dos sistemas de informação (recolha, partilha e normalização de informação, estabelecimento de prioridades e de objectivos comuns, coordenação de actividades), mobilização de recursos, estratégias e enquadramentos políticos.

Esta Missão recomenda que o GRA promova o reforço do CAV, criado pelo GSA e promovido pela SADC, de forma a garantir que constitua um comité técnico de segurança alimentar verdadeiramente multisectorial e multidisciplinar, no qual os principais intervenientes possam trabalhar em conjunto no combate à pobreza e à insegurança alimentar. Recomenda-se que o secretariado do CAV seja instalado no GSA, supervisionado pelo Vice - Ministro para o Desenvolvimento Rural. O MINADER poderá ter acesso no caso de se proceder à fusão entre o CAV e o comité de segurança alimentar do Vice - Ministro, tendo simultaneamente em consideração que o CAV deve incluir ministérios e instituições do GRA, ONG, cooperações internacionais e bilaterais, universidades e organizações da sociedade civil, bem como o sector privado. É recomendada a participação de todos os principais intervenientes e fontes de informação. Diversas instituições contactadas por esta Missão não estavam a par do CAV, incluindo o INAMET.

A pesquisa demonstra que o “proprietário” da informação de aviso prévio constitui um elemento chave na forma como esta é utilizada. Por outras palavras, a fonte ou o fornecedor deve ser conhecido e fiável (Buchanan-Smith<sup>18</sup>). Esta afirmação pode provavelmente ser aplicada igualmente ao sistema de informação geral de segurança alimentar. Assim sendo, o GSA tem de maximizar o respeito já atingido através das avaliações anuais de produção em colaboração com o IDA, e expandir o universo e qualidade dos produtos de informação que possa oferecer aos principais intervenientes no sector da segurança alimentar, especialmente às instituições governamentais relevantes.

O GSA não determinou ainda a forma como o CAV será operacionalizado e integrado no seu sistema. Com este objectivo, recomenda-se que o GSA agende uma reunião para que o CAV e os principais intervenientes discutam o seu papel. A natureza e o objectivo do comité serão definidos pelo seu conteúdo e nos seus termos de referência e não pelo seu nome. O GSA conta com o apoio da SADC neste processo e pode analisar experiências do CAV em outros países da região, a fim de obter elementos para a discussão. Este processo contará com o apoio da SADC (ver Anexo 14 para informação contextual sobre o programa regional CAV da SADC).

Após consultas com parceiros e departamentos governamentais, a Missão recomenda as seguintes actividades iniciais para o CAV de Angola:

- Elaboração dos termos de referência a nível central e provincial, tendo em consideração o âmbito do trabalho dos restantes comités relevantes de segurança alimentar em processo de criação (ver secção 6.2)
- Estratégia de operacionalização dos GPSA
- Elaboração de uma base de dados organizacional
- Discussão e elaboração do plano Nacional de Segurança Alimentar, em desenvolvimento por parte do GSA em conjunto com a FAO
- Discussão sobre as necessidades de informação e tarefas (com fontes de informação e utilizadores), formatos, padrões, etc.
- Apoio ao GSA na definição da sua estrutura, funções e plano de trabalho para 2007/08
- Avaliação dos obstáculos à criação de um SISA em Angola e inclusão das conclusões nos planos de trabalho do GSA e no plano de segurança alimentar
- Desenvolvimento de uma estratégia a longo prazo de apoio aos actuais sistemas de monitoria capazes de disponibilizar informação ao CAV.

Uma importante tarefa para o GSA e para o CAV, bem como para outros intervenientes importantes, será a de coordenação e reforço dos diferentes sistemas (e instituições) sectoriais de informação envolvidas na análise e monitoria relevantes em matéria de segurança alimentar. O estabelecimento de ligações e de relações de trabalho com instituições e organizações envolvidas na recolha e análise de informação sobre segurança alimentar será crucial para permitir a partilha atempada de informação por parte de actuais e futuros sistemas de monitoria no país. O GSA deve estabelecer acordos formais individuais com as fontes de informação. Estes acordos devem especificar tarefas e responsabilidades, incluindo qual a informação a partilhar, frequência, nível de desagregação, codificação, formato e canal. Devem ser elaborados e assinados MdE prioritários com as instituições que actualmente realizam exercícios relevantes de monitoria (ver Figura 6), bem como com o FAS, MINARS e Ministério do Planeamento (DERP). Estes acordos de nível nacional deverão facilitar o fluxo de informação

igualmente aos níveis sub nacionais. Com este objectivo, é sugerido o estabelecimento por parte do GSA de grupos de trabalho temáticos, no âmbito do CAV, a fim de clarificar possíveis duplicações que venham a ser identificadas.

Além do CAV, a Missão sugere a criação inicial de três grupos de trabalho:

Um Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar deverá ser constituído pela representação de MINARS, FAS, Ministério do Planeamento (grupo DERP) e com o programa de Desenvolvimento Rural no MINADER a fim de clarificar tarefas respeitantes à segurança alimentar e a análises de vulnerabilidade, monitoria e aviso prévio. Este grupo de trabalho constituirá igualmente uma oportunidade para promover a participação do GSA na elaboração de planos de trabalho estratégicos e de longo prazo nestas outras instituições (MINARS 2009-2013, DERP, Programa de Desenvolvimento Rural). O Serviço Nacional de Protecção Civil, no Ministério do Interior, deverá ser convidado a participar neste grupo de trabalho, após a coordenação das análises de vulnerabilidade e das metodologias, a fim de iniciar uma discussão a nível central das tarefas das diferentes instituições do GRA em matéria de avaliações e de resposta de emergência. Constata-se que não existe qualquer instituição mandatada para responder a situações de emergência a nível provincial, facto que pode conduzir a situações de responsabilização e coordenação pouco claras, e logo a respostas não eficientes.

O Grupo de Trabalho de Agrometeorologia envolveria o INAMET, GSA EDA e IDA, com o propósito de discutir a monitoria da pluviosidade e a melhoria dos produtos de controlo por satélite e remoto. Sugere-se que o INAMET seja o principal angariador de informação e analista de dados pluviométricos e agro-meteorológicos no país. O INAMET constitui a fonte oficial de informação meteorológica e deverá estar melhor preparado para lidar com problemas de informação do que o GSA (ex: através de ligações com a WMO). É recomendado que o GSA trabalhe e apoie o INAMET no processo de reforço do seu departamento agro-meteorológico. Para efeitos de aviso prévio, o GSA necessita de receber informação agro-meteorológica por parte do INAMET a cada dez dias. Com vista à melhoria das estimativas de precipitação de chuva e o WRSI, a Regional Remote Sensing Unit (RRSU) da SADC necessita de informação sobre precipitação de chuva em Angola proveniente das estações de controlo. O GSA pode constituir um instrumento de disponibilização desta informação ao RRSU. O INAMET foi igualmente proposto como a contraparte nacional para este projecto da NASA de aperfeiçoamento do NDVI, devendo ser identificado um ponto focal.

O Grupo de Coordenação de Informação seria o último grupo de trabalho e deverá contar com a participação do INE, GSA, EDA/IDA e do Ministério do Comércio para definição de responsabilidades. Esta Missão sugere que o IDA/EDA dê continuidade à monitoria dos preços ao produtor e que o INE assuma a monitoria dos preços de retalho (pelo menos nas capitais provinciais).

### **7.2.2 Recomendações de coordenação de um sistema de informação de segurança alimentar a nível provincial**

A monitoria e análise a nível provincial da segurança alimentar, vulnerabilidade e formas de sustentação económica são factores cruciais para o SISA. Com este objectivo, o GRA declarou os grupos provinciais de segurança alimentar (GPSA) como prioritários no reforço do desenvolvimento rural e o GSA elaborou uma proposta com vista à revitalização dos GPSA existentes no país até 2004<sup>19</sup> (anteriormente geridos pela UTCAH). Neste contexto, é recomendado o seguinte:

- Os grupos provinciais de segurança alimentar devem ser concebidos como CAV provinciais e que sejam integrados no programa de 5 anos da SADC de reforço aos CAV em Angola
- O relançamento de sistemas de segurança alimentar deve concentrar a nível provincial e aceda aos grupos de trabalho municipais posteriormente.
- O objectivo de curto e médio prazo dos esforços do GSA a nível provincial seja o de reforçar a coordenação e o fluxo de informação. Este objecto não pode ser atingido sem um esforço simultâneo a nível central, no sentido de estabelecer acordos com os ministérios e institutos competentes.

- Uma análise das experiências existentes no que respeita aos grupos multisectoriais a nível provincial (para além da UTCAH, quer a CARE quer a FAO possuem experiência a nível dos grupos provinciais de segurança alimentar) e que os ensinamentos apreendidos sejam incorporados.
- A criação dos GPSA deve ser coordenada com os ministérios e instituições que estão em processo de criação de grupos provinciais de coordenação, a fim de procurar sinergias complementares e partilha de custos (ver secção 6.3). Quer o Ministério do Planeamento quer o MINARS trabalham em função do DERP<sup>20</sup>, o qual potencia os benefícios de uma acção coordenada, dado que os objectivos (alguns) são provavelmente semelhantes aos do GSA para os GPSA. A CARE trabalhou anteriormente com grupos provinciais de segurança alimentar e pode partilhar os ensinamentos apreendidos.
- Onde ainda funcionem, as UTCAH poderiam formar a base dos grupos provinciais de segurança alimentar.
- A criação dos GPSA deve constituir um processo faseado e que as províncias prioritárias para os “exercícios piloto” sejam identificadas em coordenação com o CAV
- A proposta de criação dos GPSA deve ser discutida no comité nacional de segurança alimentar (CAV)
- Os GPSA devem ter autonomia para afectar recursos em resposta às prioridades identificadas pelo Comité
- O GSA deve nomear um funcionário para trabalhar a nível provincial, ou de forma próxima, no apoio ao processo de desenvolvimento dos GPSA. Este facto obriga a afectar diferentes províncias a diferentes funcionários do escritório de Luanda, os quais deverão se deslocar e trabalhar de perto com as estruturas provinciais
- O papel dos GPSA não deve ser limitado à recolha de informação. Deve igualmente incluir a sua análise e utilização para efeitos de tomada de decisão a este nível
- O GSA deve trabalhar com as diversas organizações não governamentais de forma a garantir que a sua informação é partilhada com os GPSA e não apenas enviada para a “sede” em Luanda.
- As várias organizações envolvidas na monitoria e análise da segurança alimentar estabeleçam acordos sobre a normalização de metodologias e de procedimentos de reporte, de forma a aumentar a integração e a comparabilidade das informação
- O fluxo e o retorno de informação deve funcionar da província para a capital e em sentido contrário novamente

Para melhorar os sistemas informação provinciais de segurança alimentar, as unidades de recolha de informação (IDA/EDA, INAMET, MdS, INE, MINARS, etc.) necessitam de recursos para desempenhar as suas tarefas, incluindo funcionários qualificados, formação, computadores, instrumentos de comunicação (internet, telefones, fax e telefones móveis e/ou rádios) e meios de transporte e combustível para se deslocarem para os locais de monitoria.

### **7.2.3 Reforço dos sistemas de informação existentes aos níveis central e sub nacional e desenvolvimento de um estudo sobre formas de sustentação económica**

Os dados e informações disponíveis em Angola, apresentados no Quadro 3, proporcionam uma boa *base* para a monitoria e análise da segurança alimentar. A monitoria de “acesso a fontes de alimentação” e de “ameaças” onde existe informação de base constitui provavelmente o mais eficiente sistema de aviso prévio de segurança alimentar para Angola. As alterações na “utilização de alimentos” são difíceis e dispendiosas de monitorar e a deterioração da situação nutricional e o emprego de estratégias para lhe fazer face constituem indicadores isolados. Por esta razão, é sugerido que o GSA dê prioridade a curto prazo à monitoria respeitante ao acesso e às ameaças e, a médio prazo, ao estudo sobre formas de sustentação económica.

Com vista ao reforço da segurança alimentar e das análises e monitoria de vulnerabilidade, esta Missão recomenda que o reforço dos sistemas sectoriais de informação seja considerado prioritário (saúde, agricultura, preços, climatologia e meteorologia) e que sejam conduzidos censos populacionais e agrícolas. Este facto obrigará ao dispêndio de recursos a médio e longo prazo mas estima-se que um esforço inicial na coordenação e clarificação dos mandatos irá proporcionar uma boa base para a futura afectação de recursos adicionais. Contudo, o nível provincial em particular necessita de recursos para conseguir desempenhar as suas tarefas, incluindo pessoal

qualificado, formação, instrumentos de comunicação (internet, telefones, fax, telefones móveis e/ou rádios) e meios de transporte para se deslocar aos locais de monitoria, combustível para os veículos, etc.

Para efeitos de aviso prévio, um sólido e sistematizado conhecimento sobre as formas de sustentação económica em diferentes áreas constitui provavelmente a base mais eficiente em termos de custos para um sistema de aviso prévio, tal como apresentado na secção 5. Com este objectivo, é recomendado que o GRA e o GSA financiem e realizem, a médio prazo, um estudo de formas de sustentação económica em Angola. Este exercício deve começar por analisar a informação existente e coordenar-se com as iniciativas e experiências existentes no país (PAM, CARE, FAO, Save the Children e potencialmente outras). A ênfase deve ser posta na identificação de fontes de alimentos e de rendimento e na sua relativa importância, desagregada por grupo de riqueza e de ameaças que podem pôr estas fontes em risco. Na medida do possível, toda a informação deve ser apresentada numa calendarização sazonal abrangente.

As AV são actualmente a principal fonte de informação sobre formas de sustentação económica existente no país. Mas nem todo o país está coberto por estas análises e a sua utilização para efeitos de aviso prévio pode ser potenciada se a informação se encontrar desagregada por grupo de riqueza e se forem desenvolvidos calendários sazonais abrangentes para cada zona (idealmente zonas de sustentação económica). Estas análises fornecem informação contextual importante para efeitos de análise de impacto de ameaças e construção de cenários.

### **7.3 Recomendações de curto e médio prazo ao GSA**

As recomendações apresentadas nesta secção estão centradas no curto e médio prazo (2007 a 2009). Destacam os próximos passos que o GSA deve adoptar para consolidar o seu papel de liderança no esforço de estabelecimento de um sistema de informação de segurança alimentar em Angola.

Para que o GSA possa ser o centro do sistema de informação em segurança alimentar em Angola necessita de uma forte gestão e de bom empenho por parte do seu pessoal. Mais clareza no Regulamento Interno do GSA e outros documentos de trabalho como termos individuais de trabalho e planos detalhados de trabalho seriam úteis no (são disponibilizados exemplos no Anexo 15 e 18). Reforço da coordenação e gestão interna do GSA ajudaria de forma a ultrapassar algumas destas insuficiências.

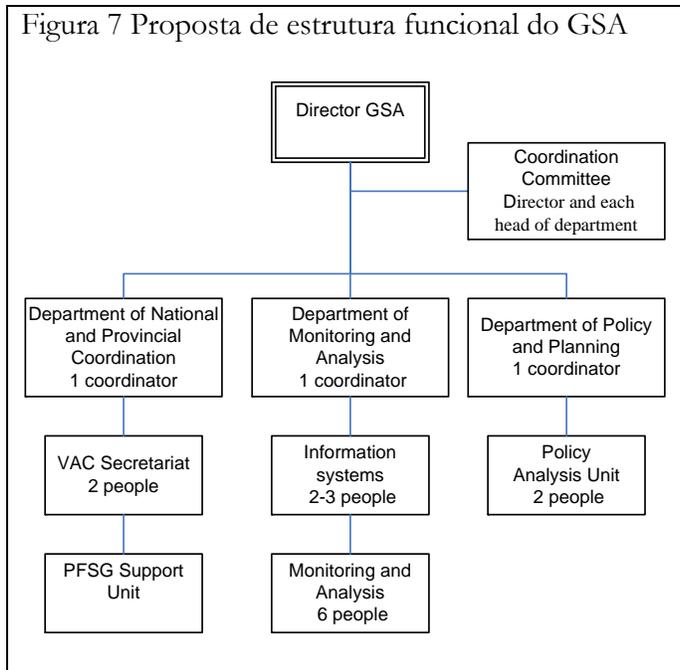
Se o GSA conseguir reforçar esta “plataforma” de pessoal e productos, encontrar-se-á numa melhor posição para propor e criar produtos e serviços adicionais para o GRA e demonstrar a necessidade de existência de produtos de informação de segurança alimentar em diversos sectores. É recomendado que o GSA se concentre num número limitado de objectivos alcançáveis antes de se expandir ou alterar o âmbito do seu trabalho.

Para ser adequadamente equipado para realizar o seu trabalho de análise e monitoria de segurança alimentar e vulnerabilidade, seria útil o próprio GSA estar directamente envolvido no recrutamento de novo pessoal. Existe uma necessidade de reforço das capacidades técnicas dos funcionários do GSA em segurança alimentar e monitoria, aviso prévio e análise de vulnerabilidade, quer no uso de computadores, internet e *softwares* especializados (SGI, pacotes estatísticos e software de gestão de bases de dados).

Se terá o mandato de coordenar o sistema nacional de segurança alimentar, o GSA necessitaria dos reforço e apoio institucional mas também de pessoal, acesso à internet de alta velocidade e equipamento informático, incluindo *software* e *hardware* como *scanners* e impressoras.

#### **7.3.1 Estrutura do GSA**

Figura 7 Proposta de estrutura funcional do GSA



É recomendado que a estrutura do GSA se mantenha simples, de forma a permitir que a unidade se consolide e concentre na implementação das recomendações deste e dos anteriores relatórios de consultoria (avaliações da FAO e consultores do PAM). Esta Missão recomenda, contudo, a revisão e o reforço do quadro institucional e do sistema de informação de segurança alimentar e de vulnerabilidade, incluindo a revisão do regulamento do GSA. O Regulamento deverá focar claramente a segurança alimentar e a estrutura do GSA deverá reflectir as actividades básicas que está encarregue de realizar e fornecer uma noção clara daquilo que se pode esperar em termos de produtos/resultados. A estrutura proposta é apresentada na Figura 7.

As dimensões sugeridas dos Departamentos são meramente ilustrativas e dependem das prioridades atribuídas pelo GSA, especialmente no caso da unidade de apoio aos GPSA, no qual o número recomendado de funcionários depende do número

de grupos que o GSA entenda estabelecer numa fase inicial.

Esta proposta define os departamentos com base nas diferentes funções que o GSA deve cumprir.

As actividades relacionadas com monitoria e aviso prévio deverão ser realizadas no mesmo departamento. O objectivo da monitoria de segurança alimentar é o de conhecer a situação actual em matéria de segurança alimentar no país: se está a melhorar e, especialmente, se está a piorar. Este último ponto é onde entra a componente de aviso prévio: são os dados da monitoria que nos permitem saber se algo está – ou poderá vir rapidamente a estar – errado

Devido ao facto dos preços e da informação de mercado se encontrarem entre os indicadores procurados no sistema de monitoria de segurança alimentar, será prático que essa informação seja compilada, juntamente com toda a informação, no Departamento de Monitoria e Análise.

A questão relativa à localização institucional da unidade nacional de segurança alimentar foi mencionada em diversos momentos, quer no seminário quer nos encontros individuais efectuados. Existe a opinião generalizada de que a unidade necessita de apoio político para funcionar, independentemente da sua localização, particularmente em virtude do seu carácter multisectorial. Foi igualmente mencionado que este apoio teria uma maior visibilidade se a unidade fosse criada num ministério com mais poder (o Ministério do Planeamento foi recomendado por diversas vezes) ou como um Instituto. Num primeiro momento, contudo, esta Missão recomenda que o GSA adopte uma estratégia de consolidação da sua actual localização e considere a opção de “mudar de casa” numa altura posterior.

Em seguida é apresentada uma descrição básica de cada um dos departamentos propostos e das respectivas tarefas prioritárias. Estas sugestões não procuram ser exaustivas mas sim focar as prioridades para 2007/08

### 7.3.2 Funções do GSA

Em seguida, são apresentadas as funções dos Departamentos propostos. A ênfase é posta no curto e no médio prazo. Isto não significa que se sugere que a estrutura seja alterada após o desenvolvimento ou finalização destas tarefas. Ao invés, o GSA dever trabalhar com parceiros, especialmente através do CAV, a fim de determinar as actividades de longo prazo.

## **Departamento de Monitoria e Análise**

- Formular, implementar e executar o sistema de informação de segurança alimentar, incluindo as bases de dados
- Monitorar e analisar a situação de segurança alimentar (agricultura, mercados e preços, subnutrição, pobreza, fontes de alimentação e de rendimento)
- Formular, implementar e executar o sistema de aviso prévio
- Reportar sobre a situação de segurança alimentar (relatórios mensais e emissão de alertas quando necessário)
- Desenvolver uma estratégia de “comunicação”

## **Departamento de Coordenação Nacional e Provincial**

- Funcionar como sede do secretariado CAV a nível central
- Estabelecer e apoiar os grupos provinciais de segurança alimentar (CAV provinciais/GPSA)
- Desenvolver e manter uma base de dados organizacional e listas de distribuição (centrais e provinciais)

## **Departamento de Coordenação Nacional e Provincial**

- Coordenar o desenvolvimento de um plano nacional de segurança alimentar e eventualmente de uma estratégia, conjunto de políticas e legislação (estas últimas em colaboração próxima com o CAV)

## **Comité de Coordenação**

- Este grupo deverá funcionar como um mecanismo de coordenação no seio do GSA, no qual as questões técnicas, logísticas, de recursos e estratégicas são discutidas e acordadas. A maioria das actividades requer coordenação entre os três departamentos e o Director.

## **O Director**

- Coordenar os três departamentos (e o GSA em geral)
- Monitorar e avaliar os “planos de trabalho” dos departamentos
- Levar a cabo avaliações anuais de cada chefe de departamento
- Secretariar a Comissão Nacional de Segurança Alimentar

## **Chefes de Departamento**

- Responsável pela elaboração e implementação do plano de trabalho do respectivo departamento
- Levar a cabo uma avaliação anual dos funcionários

## **7.3.3 Sugestões de tarefas iniciais do GSA**

### **Monitoria e Análise**

- Conduzir uma análise formal e normalizada da informação existente no país (informação de base e de monitoria, tabelas, mapas e imagética). Identificar e localizar os pontos de recolha de informação e o tipo de informação recolhida. Primeiramente a nível nacional (2007) e, em 2008, a nível provincial. O estabelecimento de acordos prioritários com o INAMET, IDA, MdS e INE são recomendados.
- Estabelecimento de ligações formais e informais e de acordos com essas instituições, a fim de obter acesso regular à informação e às respectivas actualizações e analisar em conjunto metodologias, identificar lacunas e novos produtos necessários em termos de informação e determinar as capacidades técnicas e financeiras a desenvolver. Estas actividades devem ser desenvolvidas em coordenação com o CAV.

- Seleccionar os indicadores a monitorar, a frequência de monitoria de cada indicador e a fonte dos indicadores. Trabalhar com o Departamento de Coordenação na identificação de organizações com as quais o GSA deve elaborar Mde para efeitos de partilha de informação.
- Desenvolver uma proposta de normalização de informação e formas de partilha dessa informação (codificação, formato, unidades, programa, etc.), a discutir no CAV.
- Iniciar a produção de relatórios mensais (e, potencialmente, perspectivas) sobre a situação da segurança alimentar no país, com o apoio do representante da FEWS NET.
- Desenvolvimento de capacidades na utilização de métodos relevantes de comunicação de mensagens de segurança alimentar (dos diferentes produtos) num formato fácil de utilizar. Os formatos a ter em consideração para efeitos de apresentação da informação deverão incluir tabelas, gráficos e mapas.
- Assistir o departamento de coordenação no desenvolvimento de uma lista de entidades com as quais deverão ser partilhados relatórios mensais e outros produtos (através de e-mail ou papel). Os membros da lista incluem os intervenientes em questões de segurança alimentar e outros agentes governamentais, não governamentais e da cooperação internacional.
- Desenvolver bases de dados para o Directório Organizacional e para os dados de monitoria. Estes deverão ser partilhados e discutidos nos CAV (nacionais e provinciais).
- Solicitar e instalar as bases de dados “CAV” no GSA (a base de dados do PAM/SENAC utilizada na análise de vulnerabilidade realizada no final de 2005 encontra-se no anexo 16). O INE pode, potencialmente, conceder formação aos funcionários do GSA em matéria de estatística e auxiliar na formulação de uma base de dados, sem necessidade por parte do GRA de proceder à contratação de peritos externos para esse efeito. O INE mostrou interesse nas bases de dados “CAV”.

### **Coordenação Nacional e Provincial**

- Desenvolver uma estratégia de implementação e apoio para os GPSA.
- Convocar uma reunião do CAV para discutir e definir os termos de referência para o comité aos níveis central e provincial, membros, estratégia e planos de trabalho.
- Reunir com o Vice-Ministro responsável pela supervisão do Programa de Desenvolvimento Rural, para esclarecer e apresentar os métodos e as conclusões das análises de vulnerabilidade, depois do GSA ter sido identificado como um dos organismos responsáveis pela implementação do programa e terem estes instrumentos sido considerados como adequados para esta implementação.
- Trabalhar com a “Unidade de Sistemas de Informação” no desenvolvimento de uma base de dados organizacional com os intervenientes na segurança alimentar (centrais e provinciais). Estes incluem o GRA, ONG, parceiros da cooperação internacional, universidade e sociedade civil. Exemplo de formulários de recolha de informação e de uma base de dados simples são incluídos no Anexo 17). Esta base de dados será útil para identificar futuras sobreposições em termos de mandatos, funções e actividades e para coordenar actividades descentralizadas (quem pode prestar apoio à monitoria, o quê e onde). Irá igualmente disponibilizar um inventário de contactos aos quais se pode recorrer a fim de validar informação e de auxiliar em situações de resposta a emergências<sup>21</sup>.

### **Política e Planificação**

- Completar o Plano Nacional de Segurança Alimentar.
- Iniciar a discussão do plano de trabalho do GSA para 2007 e 2008 no CAV
- Participar, em conjunto com o Director do GSA, em encontros de definição estratégica com o Ministério do Planeamento e com o Vice-Ministro para o Desenvolvimento Rural.

### **Coordenação e Direcção**

- Analisar a estrutura do GSA, discuti-la primeiro internamente e posteriormente no CAV
- Desenvolver planos de trabalho para o período que resta de 2007 e para 2008, explicitando objectivos para os dois períodos, separadamente. Estes deverão ser elaborados para o GSA como um todo e para cada departamento, bem como para cada funcionário do GSA (ver Anexo 18 para exemplos de

descrições funcionais para funcionários “de um outro GSA”, apenas para efeitos de referência). Os planos de trabalho devem ser discutidos e partilhados entre os funcionários do GSA. O volume de trabalho dos planos de trabalho do GSA deverá reflectir a sua magnitude.

- Reforçar o grupo técnico criado pelo Regulamento Interno do GSA.
- Elaborar formatos normalizados de planos de trabalho
- Realizar contactos individuais com cada funcionário do GSA, a fim de discutir o seu plano de trabalho e as suas necessidades de formação. É recomendado que os planos de formação sejam desenvolvidos/actualizados com referência ao mandato e aos planos individuais de trabalho do GSA. As formações devem contribuir para o reforço dos formandos e, por consequência, do respectivo departamento, através da aquisição de novas e reforçadas capacidades e conhecimentos. É recomendado que os formandos procedam à elaboração de um relatório destinado a esclarecer a forma como a formação lhe permitirá obter um melhor desempenho no trabalho. Deve igualmente ser considerada a possibilidade de replicar formações com os colegas de trabalho.
- Agendar encontros de trabalho com o DERP e com o Vice-Ministro para o Desenvolvimento Rural para discutir a participação do GSA na monitoria dos dois programas e o que isso acarreta em termos de apoio. <sup>22</sup> Diversos ministérios (MINADER, Ministério do Planeamento, MINARS) discutiram a importância do sector agrícola na redução da pobreza, mortalidade infantil e reinserção social. Esta é uma oportunidade que deverá ser aproveitada pelo GSA para demonstrar (através de apresentações) a forma como um efectivo sistema de monitoria pode fornecer informação importante para este fim. Esta actividade pode ser apoiada pelo representante da FEWS NET.

### 7.3.4 Potenciais Produtos do GSA

Tabela 4 Sugestão de produtos de médio prazo para as três funções do GSA	
Departamento	Produtos
Monitoria e análise	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventariação dos sistemas de informação existentes, com relevo para a monitoria e análise de segurança alimentar (dados, indicadores, mapas. Ver Anexo 19 e 20 para instrumentos)</li> <li>• Relatórios mensais sobre a situação de segurança alimentar</li> <li>• Alertas quando necessário (aviso prévio)</li> <li>• Avaliação de colheitas</li> <li>• Outras análises ou estudos que sejam realizados</li> <li>• Elaboração de bases de dados de análises de vulnerabilidade, formas de sustentação económica, organizações e monitoria</li> <li>• Estudo de formas de sustentação económica (em colaboração com o CAV)</li> </ul>
Coordenação nacional e provincial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventariação das organizações existentes em áreas relevantes para a monitoria e análise de segurança alimentar. Primeiro ao nível nacional (2007) e, em 2008 iniciar a pesquisa ao nível provincial (incluídas numa base de dados)</li> <li>• Termos de referência dos CAV (CAV centrais e provinciais)</li> <li>• Produtos de secretariado do CAV (notas de reuniões, etc.)</li> <li>• Lista de distribuição (distinção entre decisores, nível técnico e peritos (segurança alimentar, clima, etc.))</li> </ul>
Políticas e planeamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Documentos estratégicos e de planeamento</li> <li>• Linhas de orientação para a elaboração de planos de trabalhos, avaliação de desempenho e monitoria</li> </ul>

## 8 Ligações a recursos e iniciativas regionais e internacionais na área da segurança alimentar

As principais organizações regionais com as quais o GSA deve estabelecer relações de trabalho a curto e médio prazo (tendo sempre presente o funcionamento a longo prazo do GSA e do SISA) são descritas em seguida.

Tabela 5 Organização regional prioritária para o sistema de informação de segurança alimentar	
Organização	Área de colaboração
FAO	Projecto de sistema global de informação de segurança alimentar (fase actual do projecto FAO/CE que foi descontinuado em Angola mas que permaneceu em funcionamento noutros países) GIEWS (plataforma internet destinada ao rastreio de zonas de segurança alimentar e à produção de informação tabular) Análise de segurança alimentar e aviso prévio
PAM	Metodologia CAV Transferência das bases de dados
SADC, DMC, RRSU and FEWS Net	Apoio ao estabelecimento dos CAV. A SADC possui um projecto a cinco anos de instalação de CAV na região Formações (segurança alimentar, vulnerabilidade, produtos obtidos por controlo remoto e satélite, SGI) Apoio metodológico e financeiro Estimativas pluviométricas e monitoria de colheitas utilizando e aperfeiçoando informação obtida a partir de satélite e de controlo remoto.
Escritório regional da FEWS NET,	Apoio metodológico para a realização de estudos de sustentação económica e outras análises Apoio metodológico para o SISA com ênfase para o aviso prévio Comunicação efectiva de mensagens de segurança alimentar Produção de relatórios mensais de segurança alimentar e de alertas sempre que necessário
CE	Linha temática de segurança alimentar em Roma (potencial fonte futura de recursos)

No caso da FAO, as áreas sugeridas de colaboração são adicionais aos projectos em curso.